



GUINÉ-BISSAU

SEGUNDA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MONITORIZADO PELO CORPO TÉCNICO

Fevereiro de 2022

No contexto da segunda avaliação do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa.**
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI após as discussões concluídas em 14 de dezembro de 2021 com as autoridades da Guiné-Bissau sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI no âmbito do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico. O relatório do corpo técnico foi concluído em 8 de fevereiro de 2022 com base na informação disponível à altura das discussões.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, DC



Direção-Geral do FMI conclui a segunda avaliação do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico com a Guiné-Bissau

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

- A Direção-Geral do FMI aprovou a segunda avaliação do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico (SMP, na sigla inglesa) da Guiné-Bissau, que ampara o programa de reformas do Governo destinado a apoiar a estabilidade macroeconómica e a sustentabilidade da dívida, reforçar as políticas sociais e melhorar a governação pública.
- As autoridades fizeram progressos satisfatórios no sentido de estabelecer um forte historial de implementação de políticas e reformas – um requisito fundamental para a transição para um possível acordo no âmbito da [Facilidade de Crédito Alargado](#) (ECF, na sigla inglesa) em 2022.
- Será importante manter um bom desempenho para a terceira e última avaliação do SMP e para que os parceiros internacionais prestem apoio suficiente à Guiné-Bissau ao longo da sua transição.

Washington, DC – 11 de fevereiro de 2022

A Direção-Geral do FMI aprovou em 31 de janeiro de 2022 a conclusão da segunda avaliação do SMP¹ da Guiné-Bissau. O SMP, que foi [aprovado a 19 de julho de 2021](#), apoia o programa de reformas de iniciativa do Governo que tem por objetivo estabilizar a economia, melhorar a competitividade e reforçar a governação.

As condições económicas da Guiné-Bissau estão a melhorar. Após um crescimento modesto do PIB de 1,5% em 2020, o crescimento deverá acelerar para 3,8% em 2021, devido ao aumento da produção de caju – o principal produto de exportação da Guiné-Bissau –, ao investimento público em infraestruturas críticas com financiamento externo, ao levantamento gradual das medidas de contenção da Covid-19 e a uma melhoria gradativa da confiança empresarial.

As autoridades fizeram progressos satisfatórios no seu programa de reformas até ao final de setembro de 2021, apesar das difíceis condições socioeconómicas agravadas pela pandemia de Covid-19. Num contexto de recursos muito limitados, conseguiram alcançar boas taxas de vacinação pelos padrões regionais.

A situação orçamental deverá melhorar em 2021, embora com um pequeno aumento do stock da dívida pública. O défice orçamental global deverá diminuir para 5,4% do PIB, contra 10,0% do PIB em 2020. Este ajustamento significativo reflete a dissipação dos efeitos relacionados com a pandemia, a maior mobilização de receitas e os controlos de despesas adotados no contexto do orçamento de 2021 e do SMP. Espera-se que a consolidação orçamental continue a criar espaço fiscal e atraia o apoio dos doadores para proteger as despesas

¹ O SMP é um acordo informal entre as autoridades de um país e o corpo técnico do FMI para fins de monitorização da execução do programa económico das autoridades. Ele não implica uma ajuda financeira nem a aprovação pelo Conselho de Administração do FMI.

prioritárias em educação, saúde, despesas relacionadas com a pandemia e investimentos cruciais em infraestruturas. O stock da dívida pública deverá aumentar ligeiramente em 2021, principalmente devido à depreciação da moeda nacional e reprogramação da regularização dos pagamentos em atraso antigos.

A afetação de DSE ao país foi usada com prudência. As autoridades decidiram utilizar a recente afetação de 27,2 milhões de DSE (cerca de 38,4 milhões de USD) para reforçar a sustentabilidade da dívida, antecipando o pagamento do serviço dos empréstimos não concessionais do banco de desenvolvimento regional devido até 2022, e para cobrir as despesas relacionadas com a Covid-19, incluindo a vacinação e a melhoria dos serviços de saúde.

A implementação atempada de reformas de governação e transparência é fundamental para o êxito do SMP e para abordar os desafios socioeconómicos de longa data, com medidas para melhorar a governação orçamental, transparência e responsabilização, incluindo medidas para fortalecer o controlo das despesas, os quadros fiscais e aduaneiros, a luta contra a corrupção e a atenuação dos riscos das empresas públicas, nomeadamente os riscos decorrentes da empresa de água e eletricidade. A alteração do quadro jurídico dos contratos públicos para permitir a recolha e publicação de informações sobre beneficiários efetivos e a modernização do regime de declaração de bens também são reformas importantes em curso.

O FMI apoia a aplicação destas medidas através da disponibilização de desenvolvimento de capacidades em coordenação com os parceiros internacionais. Também apoia os esforços das autoridades para mobilizar financiamento externo em condições concessionais.



GUINÉ-BISSAU

8 de fevereiro de 2022

SEGUNDA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA MONITORIZADO PELO CORPO TÉCNICO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto. Após dois anos de instabilidade política e atrasos nas reformas, as autoridades colocaram em prática em 2021 um ambicioso programa de consolidação orçamental a fim de garantir a sustentabilidade da dívida, ao mesmo tempo que cria espaço orçamental para atender às vastas necessidades de desenvolvimento. No final de julho, a administração do FMI aprovou um programa monitorizado pelo corpo técnico (SMP, na sigla em inglês), com a duração de nove meses, para apoiar o programa de reformas do Governo destinado a estabilizar a economia, reforçar a governação e construir um sólido historial de implementação de políticas para abrir caminho a um acordo ao abrigo da Linha de Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês). A primeira avaliação foi concluída satisfatoriamente em outubro. Um desembolso da Linha de Crédito Rápido (RCF, na sigla em inglês) no valor de 14,2 milhões de DSE (50% da quota) foi aprovado em janeiro para providenciar financiamento urgente, a fim de apoiar as despesas críticas em matéria de saúde e catalisar recursos adicionais junto dos doadores. O desembolso da RCF, a alocação de 27,2 milhões de DSE (96% da quota) e as reformas baseadas no SMP estão a contribuir para dar resposta às fragilidades, atendendo ao impacto adverso da pandemia, melhorando a transparência da despesa pública, mitigando as vulnerabilidades da dívida e criando as condições para ajudar a restabelecer a confiança dos doadores e a catalisar o tão necessário financiamento em condições concessionais.

Avaliação do SMP. A avaliação concentrou-se na implementação das políticas e reformas apoiadas pelo SMP para assegurar a disciplina orçamental, garantir a sustentabilidade da dívida, reforçar a governação e transparência orçamentais e mitigar os riscos orçamentais. O desempenho do programa no final de setembro de 2021 foi satisfatório. Todas as metas quantitativas (MQ) para o final de setembro foram cumpridas, exceto uma. As autoridades adotaram medidas para cumprir todas as metas propostas para o final do ano e regularizaram uma pequena acumulação de atrasados externos. Todos os indicadores de referência estruturais (IRE) foram cumpridos, exceto dois. Os IRE relativos à implementação plena de uma solução digital de pagamentos dos impostos para todos os grandes contribuintes e à alteração do regime da contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos dos contratos públicos foram adiados para o final de março de 2022.

Opinião do corpo técnico. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades para a conclusão da segunda avaliação do SMP com base nas políticas descritas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo. O Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2022 e o pacote de reformas fiscais aprovados pela Assembleia Nacional servem de base a uma forte consolidação orçamental e as autoridades estão a tomar medidas para cumprir todas as MQ e IRE. O programa continua a apresentar riscos descendentes, incluindo uma pandemia mais prolongada, o que poderá desencadear tensões sociais e instabilidade política.

Aprovado por
Annalisa Fedelino
(AFR) e Martin
Cerisola (SPR)

Uma equipa do FMI composta por Jose Gijon (Chefe), Pedro Jucá Maciel, Leonardo Pio Perez, Harold Zavarce (todos do AFR), Koon Hui Tee (FAD), Patrick Gitton (Representante Residente) e Gaston Fonseca (economista local) reuniu por videoconferência com as autoridades da Guiné-Bissau. A equipa da missão reuniu com sua Excelência o Presidente Sissoko Embaló, o Primeiro-Ministro Nuno Gomes Nabiam, o Vice-Primeiro-Ministro, Soares Sambú, o Ministro das Finanças, João Fadiá, a Diretora Nacional do BCEAO, Helena Embaló, o Presidente do Tribunal de Contas, Amadu Baldé, e o Alto Comissariado para a Covid-19. A equipa reuniu ainda com técnicos dos Ministérios das Finanças, Economia, Direção Nacional do BCEAO, Instituto Nacional de Estatística, Célula Nacional de Tratamento da Informação Financeira, entre outros. Além disso, a missão reuniu com representantes de várias empresas privadas e públicas, bem como com os parceiros de desenvolvimento. A missão realizou-se entre os dias 30 de novembro e 14 de dezembro de 2021. Romão Lopes Varela (Assessor do Administrador, OED) participou nas conversas sobre políticas. Fairoza Jaghori e Tomas Picca (ambos do AFR) contribuíram para a elaboração do presente relatório.

ÍNDICE

CONTEXTO	5
EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPETIVAS ECONÓMICAS	5
DESEMPENHO DO PROGRAMA	9
TEMAS DE POLÍTICA	12
A. Políticas macroeconómicas	12
B. Outras reformas estruturais e de governação em curso	20
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	23
FIGURAS	
1. Crescimento e Padrões de Vida	25
2. Pandemia da Covid-19, Atividade e Preços	26
3. Evolução Orçamental, Externa e Monetária	27
TABELAS	
1. Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2019–26	28
2. Balança de Pagamentos, 2019–26	29
3a. Operações do Governo Central, 2019–26 (mil milhões de FCFA)	30

3b. Operações Consolidadas do Governo Central, 2019–26 (% do PIB)	31
4. Síntese Monetária, 2019–23	32
5. Indicadores de Solidez Financeira Seleccionados, 2017–21	33
6. Metas Quantitativas ao abrigo do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico	34
7. Indicadores de Referência Estruturais	35

ANEXOS

I. Matriz de Avaliação de Riscos	36
II. Medidas Adotadas em Matéria de Governação e Corrupção	38
III. Potenciar a Digitalização para Combater a Corrupção, Aumentar a Mobilização de Receitas e Reforçar o Controlo da Massa Salarial	39
IV. Tratamento e Uso do Aumento da Alocação de DSE Proposta	42

APÊNDICES

I. Carta de Intenções	44
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras	47
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	57

CONTEXTO

1. Apesar da persistência da pandemia, a Guiné-Bissau vive um período de relativa estabilidade política.

- *Covid-19.* Até ao final de dezembro, tinham sido confirmados 6499 casos e 149 mortes.¹ As autoridades têm vindo a adotar medidas para proteger a população e limitar o impacto económico da pandemia. As novas medidas para conter a terceira vaga de infeções em agosto tiveram um impacto positivo (Figura 2).²
- *Vacinação.* Em coordenação com os doadores, a Guiné-Bissau lançou um programa nacional de vacinação em abril de 2021, usando as vacinas da AstraZeneca. Até ao final de dezembro, cerca de 260.000 pessoas tinham a vacinação completa, ou seja, 38% da população-alvo³ (70% da população com mais de 18 anos, isto é, aproximadamente 683.147 pessoas). Até à data já foram entregues 882.970 doses de vacinas.⁴ A campanha de vacinação da Covid-19 visava abranger 50% da população-alvo até ao final de março 2022.
- *Situação política.* A Guiné-Bissau tem gozado de um clima de relativa estabilidade política desde a nomeação do novo Governo no início de 2020. Contudo, poderão surgir tensões decorrentes de reivindicações relacionadas com os aumentos dos salários da função pública, a aplicação de novos impostos, a persistente fraca governação e corrupção, os altos níveis de pobreza e a precariedade dos serviços públicos.

2. As autoridades estão a implementar uma ambiciosa agenda de reformas apoiada pelo SMP. A agenda inclui o compromisso para manter a estabilidade macroeconómica através de uma ambiciosa consolidação orçamental, preservando a sustentabilidade da dívida, combatendo a corrupção e melhorando a governação e a transparência. As autoridades também pretendem implementar um inovador projeto de controlo da massa salarial baseado na tecnologia *blockchain*⁵ e uma solução digital para reforçar a administração tributária permitindo o preenchimento eletrónico de declarações fiscais e a realização de pagamentos através do sistema bancário.

EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPETIVAS ECONÓMICAS

3. A recuperação da pandemia prossegue. Após um modesto crescimento de 1,5% do PIB

¹ Conforme dados da [OMS](#).

² Ver [Relatório nacional do FMI n.º 21/172](#) para mais informações sobre as medidas introduzidas (p. 6) pelas autoridades e pelo banco central regional para combater a propagação da Covid-19 e apoiar a economia.

³ No final de dezembro, 57% da população-alvo tinha recebido, pelo menos, uma dose.

⁴ A União Africana, a iniciativa COVAX, o Senegal, Portugal, a Suécia, a China e os Estados Unidos forneceram vacinas da AstraZeneca, Johnson & Johnson e Sinopharma.

⁵ Apoiado pelo FMI, a Ernst & Young e outros parceiros (atualmente o PNUD, no futuro, o BAfD e o Banco Mundial).

em 2020,⁶ o crescimento deverá acelerar para 3,75% em 2021, como resultado do aumento da produção da castanha de caju – a principal exportação da Guiné-Bissau – do investimento público em infraestruturas críticas com financiamento externo, da supressão gradual das medidas de contenção e da melhoria da confiança das empresas associada a uma situação política mais estável. As exportações da castanha de caju deverão alcançar máximos históricos, com repercussões nas contas orçamental e externa, bem como na atividade económica (Tabela 1 do texto).⁷

Tabela 1 do texto. Guiné-Bissau: Quadro macroeconómico revisto

	2019	2020		2021	
	Est.	Proj. pré choque ¹	Est. pós choque	Proj. pré choque ¹	Est. pós choque
PIB real (variação percentual)	4,5	4,9	1,5	5,0	3,8
Deflator do PIB (variação percentual)	-3,5	2,1	-1,0	3,6	2,7
Inflação do IPC, média (percentagem)	0,3	1,5	1,5	1,8	3,0
Conta corrente (% do PIB) ²	-8,8	-4,5	-2,6	-4,6	-4,0
Saldo orçamental global, base de caixa, incl. donativos (% do PIB)	-4,0	-5,1	-10,0	-5,1	-5,4
Total da dívida pública e com garantia pública (% do PIB)	65,9	71,5	78,9	71,1	79,8
<i>Por memória:</i>					
PIB nominal (mil milhões de FCFA)	843	893	848	972	903
Preços de exportação da castanha de caju (USD por tonelada)	1098	1140	1000	1180	1148
Volume das exportações da castanha de caju (milhares de ton.)	196	208	155	214	240

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.
1/ Projeções em janeiro de 2020.
2/ Em 2019, o défice da conta corrente inclui a importação pontual (3,5% do PIB) de um navio de produção de eletricidade ancorado ao largo da costa de Bissau e que fornece eletricidade à cidade.

4. A melhoria na situação económica e os avanços em termos de mobilização de receitas tiveram um efeito positivo nas contas orçamentais, compensando, em parte, as pressões sobre as despesas relacionadas com a pandemia. As receitas continuaram a apresentar um forte dinamismo até setembro de 2021 por via do reforço do crescimento económico e da mobilização de receitas (Tabela 2 do texto). O saldo primário interno foi melhor do que o previsto, sustentado por um aumento das receitas, não obstante a subida das despesas primárias internas, em parte, devido às despesas relacionadas com a Covid-19 e à necessidade de melhorar a prestação dos serviços nos setores da saúde e da educação.

⁶ A pandemia travou a recuperação de um grave choque nos termos de troca causado pelo colapso dos preços da castanha de caju a nível internacional.

⁷ As exportações da castanha de caju contribuíram para a melhoria da conta externa e proporcionaram o tão necessário rendimento extra a, pelo menos, 500.000 agregados familiares pobres produtores de castanha de caju. As exportações da Guiné-Bissau deverão crescer 34,5% em termos homólogos.

Tabela 2 do texto. Guiné-Bissau: Desempenho orçamental até ao final de setembro de 2021
(Acumulado)

	Projeções ¹		Estimativas		Diferença	
	MM de FCFA	Em % do PIB	MM de FCFA	Em % do PIB	MM de FCFA	Em % do PIB
Receitas e donativos	110,3	12,2	124,0	13,7	13,6	1,5
Receitas	76,7	8,5	94,0	10,4	17,3	1,9
Receitas fiscais	62,8	7,0	70,7	7,8	7,9	0,9
Receitas não fiscais	13,8	1,5	23,3	2,6	9,5	1,0
Donativos	33,7	3,7	30,0	3,3	-3,7	-0,4
Apoio orçamental	1,0	0,1	0,0	0,0	-1,0	-0,1
Donativos para projetos	31,8	3,5	29,1	3,2	-2,7	-0,3
Donativos de capital do CCRT	0,9	0,1	0,9	0,1	0,0	0,0
Despesas	156,5	17,3	166,2	18,4	9,7	1,1
Despesas	100,8	11,2	113,6	12,6	12,8	1,4
Salários e ordenados	42,9	4,8	41,9	4,6	-1,0	-0,1
Bens e serviços	17,4	1,9	22,5	2,5	5,1	0,6
Transferências	17,9	2,0	19,4	2,1	1,5	0,2
Outras	12,5	1,4	18,1	2,0	5,6	0,6
Juros	10,2	1,1	11,9	1,3	1,6	0,2
Aquisição líquida de ativos não financeiros	55,6	6,2	52,6	5,8	-3,1	-0,3
Com financiamento interno	9,4	1,0	7,0	0,8	-2,4	-0,3
Com financiamento externo	46,2	5,1	45,6	5,0	-0,6	-0,1
Saldo global, incl. don. (base de compromissos)	-46,1	-5,1	-42,2	-4,7	3,9	0,4
Varição dos atrasados	-10,6	-1,2	-9,8	-1,1	0,8	0,1
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-56,7	-6,3	-52,0	-5,8	4,7	0,5
Financiamento	56,7	6,3	52,0	5,8	-4,7	-0,5
Aquisição líq. de ativos financeiros (- = acumulação) ²	8,3	0,9	-21,0	-2,3	-29,3	-3,2
Financiamento interno	44,1	4,9	60,1	6,7	16,1	1,8
Financiamento externo (líquido)	4,3	0,5	12,9	1,4	8,5	0,9
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo primário interno (base de compromissos)	-23,4	-2,6	-14,8	-1,6	8,6	1,0
Despesas com vacinação com financ. interno ³	2,0	0,2	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Saldo primário interno (base de compr., ajustado)	-25,4	-2,8	-14,8	-1,6	10,6	1,2
<i>Por memória:</i>						
Despesa primária interna	100,0	11,1	108,8	12,0	8,7	1,0

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ As projeções no final de setembro de 2021 são consentâneas com as projeções do SMP para o conjunto do ano de 2021.

² A acumulação de ativos observada em setembro corresponde a um aumento dos depósitos no BCEAO devido à alocação geral de DSE.

³ Ver parágrafo 11 do MTE.

5. A balança comercial deverá registar uma melhoria impulsionada por uma campanha recorde da castanha de caju. O défice comercial deverá descer de 14,1% em 2020 para 13,1% do PIB em 2021. Uma recuperação significativa nos preços e nos volumes de exportação da castanha de caju deverá gerar uma subida de 47,2% no valor das exportações da castanha de caju, o que ajuda a financiar os preços mais altos das importações de produtos alimentares e petróleo.⁸ Como resultado, o défice de conta corrente deverá situar-se em 4% do PIB. A alocação de DSE de agosto de 2021 contribuiu para suprir o défice de financiamento externo e permitiu que as autoridades procedessem ao reembolso antecipado do serviço da dívida não concessional ao BOAD.⁹

6. A posição orçamental deverá melhorar em 2021, ainda que com um pequeno aumento no stock da dívida pública. As receitas fiscais deverão subir cerca de 39% em 2021, cifrando-se em

⁸ Os problemas logísticos devido a um litígio judicial com um operador económico atrasaram as exportações, mas as autoridades conseguiram resolver esta questão em dezembro.

⁹ O banco regional de desenvolvimento da UEMOA.

10,4% do PIB. Tal consubstancia um ritmo considerável de consolidação orçamental, embora mais lento do que o esperado devido ao aumento da despesa com medidas relacionadas à Covid-19 e nos setores sociais e prioritários. O défice orçamental global (incluindo donativos numa base de compromisso) deverá cair para 5,4% do PIB em 2021, o que compara com 10% do PIB em 2020. Este ajustamento substancial tem sido viável na medida em que reflete a dissipação dos efeitos relacionados com a pandemia, uma maior mobilização de receitas e medidas de controlo da despesa adotadas no âmbito do orçamento de 2021 e do SMP. O desembolso da RCF em janeiro de 2021 contribuiu para suprir necessidades de financiamento equivalentes a 1,1% do PIB, o alívio do serviço da dívida da CCRT contribuiu com mais 0,1% do PIB e a última alocação de DSE com 2,4% do PIB (Anexo IV). Outras organizações multilaterais e doadores bilaterais deverão juntar-se ao apoio do FMI, assim reduzindo a necessidade de recurso a financiamento regional não concessional (Tabela 3b). O stock da dívida pública deverá subir 0,9% do PIB em 2021 principalmente devido à desvalorização da moeda nacional e ao reescalonamento da regularização dos atrasados antigos.¹⁰ Contudo, o stock da dívida deverá iniciar uma trajetória descendente em 2022 e convergir com o critério da UEMOA de 70% do PIB até 2026.

7. As medidas relacionadas com a pandemia implementadas pelo BCEAO, o banco central regional, continuaram a apoiar o crédito. A orientação acomodatória do BCEAO tem apoiado a liquidez do sistema bancário e o crédito à economia deverá ter acelerado em 2021.¹¹ A situação do setor bancário, excluindo um banco sistémico subcapitalizado, é considerada adequada com base nos indicadores de solidez financeira para o final de setembro de 2021 (Tabela 5), mas o sistema continua a depender do apoio de liquidez do BCEAO. A baixa capitalização e o elevado nível de crédito malparado de um banco subcapitalizado representam uma vulnerabilidade importante, apesar do elevado nível de provisões. Este banco continua a procurar investidores estratégicos, com o apoio de um consultor externo.¹²

8. As perspetivas de curto prazo apontam para uma recuperação moderada, mas os riscos do programa tendem a ser descendentes.

- *Perspetivas.*¹³ O maior dinamismo do consumo e a recuperação dos volumes e dos preços das exportações da castanha de caju devem contribuir para uma recuperação económica moderada em 2021 e neutralizar, em parte, os efeitos da persistência da Covid-19, resultando num crescimento económico de cerca de 3,75%. As autoridades esperam mitigar novos surtos com

¹⁰ Em comparação com a última avaliação ([CR 2021/252](#)), o stock da dívida em 2020 registou uma subida de 1,8 pontos percentuais (p.p.) do PIB (Tabela 1). O stock da dívida externa aumentou um p.p. devido ao acordo recentemente alcançado com Angola relativo aos atrasados antigos. Com o acordo, os atrasados de pagamento de juros acrescem ao novo stock da dívida. O stock da dívida interna aumentou 0,8 p.p. devido à contabilização correta dos atrasados acumulados em 2020 e liquidados em 2021.

¹¹ O crédito à economia cresceu 33,3% em setembro de 2021 (em termos homólogos) e 25,7% face a dezembro de 2020.

¹² O banco sistémico subcapitalizado detém cerca de 40% dos depósitos e é o que tem o maior número de sucursais no país. Até agora, foi recuperado cerca de 10% do total do crédito malparado do banco.

¹³ As perspetivas baseiam-se numa moderação dos efeitos da pandemia a nível local devido à eficácia das medidas de contenção e ao aumento da taxa de vacinação.

uma campanha de vacinação eficaz. A inflação média deverá ter acelerado para 3% em 2021, refletindo as pressões sobre os preços dos produtos importados, sobretudo bens alimentares e petróleo. No médio prazo, o crescimento será sustentado pelo aumento dos preços e dos volumes de exportação da castanha de caju – impulsionado pela recuperação do comércio mundial – e por uma situação política mais estável, sendo de esperar que as reformas estruturais e um ambiente empresarial mais robusto apoiem o crescimento do investimento privado.

- *Riscos para as perspetivas* (Anexo I). Os riscos descendentes decorrem de riscos políticos e da fraca capacidade, mas também da volatilidade dos preços dos produtos alimentares e do petróleo a nível mundial e de um desempenho menos pujante das exportações da castanha de caju. Os riscos políticos são elevados em virtude de potenciais conflitos relacionados com os salários da função pública, tensões associadas aos novos impostos, vulnerabilidades em termos de governação e corrupção, altos níveis de pobreza e a precariedade dos serviços públicos. A Guiné-Bissau também se encontra sujeita a graves catástrofes naturais relacionadas com as alterações climáticas. As pressões financeiras nas empresas públicas e as fragilidades bancárias, decorrentes do elevado nível de crédito malparado e da subcapitalização de um banco sistemicamente importante, poderão gerar passivos contingentes que acentuarão as pressões sobre o orçamento e a dívida pública. Caso os riscos descendentes se materializem e afetem as condições orçamentais, as autoridades comprometem-se a racionalizar mais as despesas não prioritárias e os investimentos financiados com recursos internos. Do lado ascendente, um desempenho mais forte do setor da castanha de caju e uma campanha de vacinação bem-sucedida contribuiriam para uma recuperação mais rápida do que no cenário de base. Uma maior estabilidade política deverá ajudar a estimular a atividade do setor privado e o apoio dos doadores.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

9. O desempenho ao abrigo do SMP tem sido satisfatório. Foram cumpridas seis das sete metas quantitativas (Tabela 6). Apoiadas por uma melhor mobilização de receitas, as receitas fiscais internas para o final de setembro superaram em mais de 12,5% a MQ (Figura 1 do texto). Tal contribuiu para a melhoria do saldo primário interno, que suplantou em 10,6 mil milhões de FCFA (1,2 pontos percentuais do PIB) a MQ ajustada. De igual modo, verificou-se um aumento das despesas sociais e prioritárias, que superaram em 9,2% a MQ. Os atrasados de pagamentos externos no valor de 0,5 milhões de USD identificados no final de junho e uma quantia residual devida ao Banco Africano de Desenvolvimento no final de setembro foram liquidados em outubro e novembro, ambos devido a pequenas dificuldades técnicas.¹⁴ Além disso, o controlo da despesa e o reforço da gestão da dívida deverão impedir a acumulação de novos atrasados externos e internos, a contração de dívida não concessional e a realização de despesas não tituladas (DNT).

¹⁴ Os atrasados para com o Banco Islâmico de Desenvolvimento foram regularizados em outubro, enquanto os atrasados históricos à Líbia, incluindo os 0,34 milhões de USD incorridos durante o SMP, foram regularizados em novembro. Uma dívida residual para com o Banco Africano de Desenvolvimento (menos de 20.000 USD) foi paga em novembro.

10. Foram cumpridos três dos quatro indicadores de referência estruturais (IRE) para o final de setembro (Tabela 7) e estão em curso ações para cumprir todos os IRE relativos à terceira avaliação.

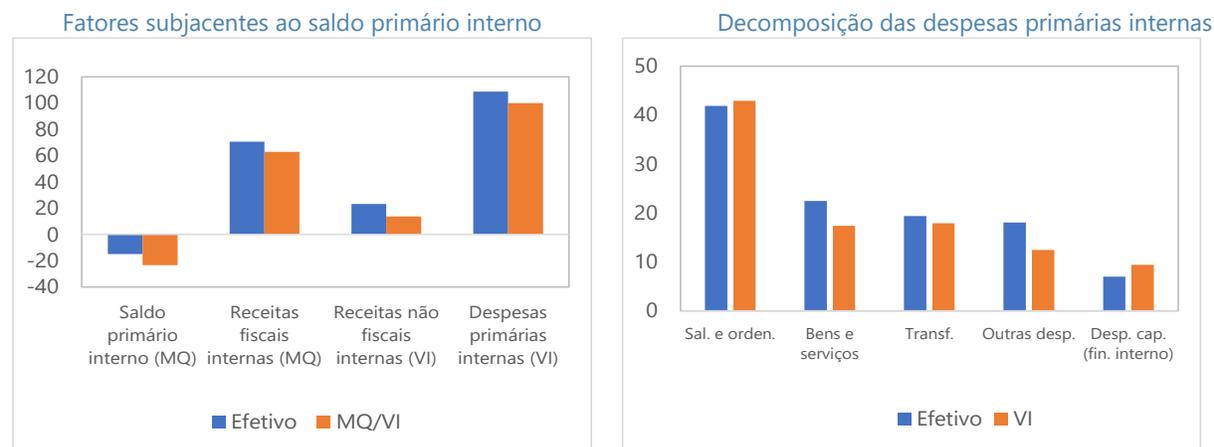
- **Controlo da despesa.** O Comité do Tesouro continuou a reunir semanalmente sem interrupções e foi emitido um despacho executivo para pôr termo à contratação de funcionários sem contrato (IRE para o final de setembro de 2021). O Governo incluiu na Lei do Orçamento Geral de Estado de 2022 uma diretiva para o controlador financeiro controlar todos os salários da função pública, incluindo os incentivos e os salários da Assembleia Nacional, e proceder à reconciliação dos registos do pessoal e da folha de pagamentos (IRE para o final de dezembro de 2021) com o apoio da implementação do projeto de *blockchain*.¹⁵ Além disso, foi nomeada uma equipa incumbida de implementar a Conta Única do Tesouro (CUT) na Direção-Geral do Tesouro, é obrigatória a autorização prévia do Ministro das Finanças para a abertura de contas bancária do Estado e todas as contas bancárias do Estado foram identificadas (IRE para o final de setembro).

¹⁵ Mediante resolução do Conselho de Ministros de 27 de julho, o Governo decidiu que estas medidas têm de ser implementadas por todas as entidades públicas cujos salários estão incluídos no orçamento.

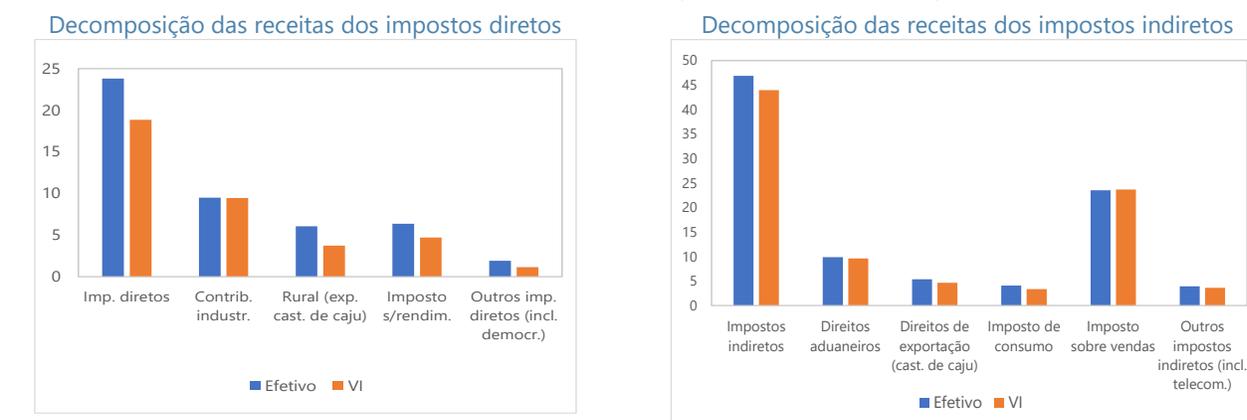
Figura 1 do texto. Dados efetivos vs. meta quantitativa/valor indicativo¹: fim de setembro de 2021
(Acumulado, mil milhões de FCFA)

Apoiado por receitas internas robustas, o saldo primário interno cumpriu a MQ apesar de um nível de despesas primárias internas superior ao esperado...

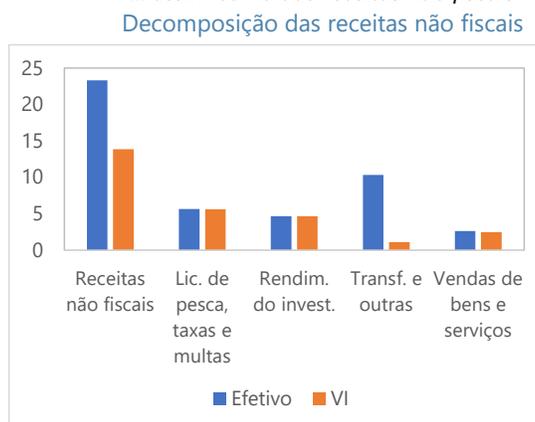
... as despesas com bens e serviços, as transferências e as outras despesas foram superiores às expectativas



As receitas totais internas assentaram num forte desempenho das receitas de impostos diretos e indiretos...



... assim como das receitas não fiscais



Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ O valor indicativo (VI) é a projeção do corpo técnico consentânea com as MQ.

- **Regimes fiscais e aduaneiros e administração tributária.** O Conselho de Ministros aprovou e

enviou para a Assembleia Nacional um novo Código Geral Tributário, um Regime de Sanções Fiscais¹⁶ (IRE para o final de julho), um Código Aduaneiro revisto¹⁷ (IRE para o final de setembro) e uma nova Lei do IVA¹⁸ (IRE para o final de dezembro). A Assembleia Nacional aprovou todas as leis em meados de dezembro. Além disso, para reforçar a administração tributária, o sistema de Kontaktu para o preenchimento de declarações de impostos e a realização de pagamentos por via eletrónica encontra-se disponível para um pequeno número de contribuintes (fase piloto) e foram registados progressos para alargar a solução a todos os grandes contribuintes, a fim de permitir a implementação plena (Anexo III). A este respeito, o corpo técnico apoia o pedido das autoridades para alterar o prazo para a implementação plena do sistema, passando do final de dezembro de 2021 para o final de março de 2022, com vista a garantir uma boa transição tendo em conta a pandemia e as limitações em termos de capacidades, permitindo que seja dada formação aos utilizadores, seja garantido o acesso permanente à internet e seja realizada uma campanha de comunicação (MPEF ¶110, ponto 2). Com o contínuo apoio de AT do FMI, a administração alfandegária está a tomar medidas para colmatar as lacunas em funções essenciais e aumentar a mobilização de receitas, incluindo através de um procedimento de desalfandegamento moderno, do controlo dos valores das importações e da luta contra o contrabando e o abuso das isenções.

TEMAS DE POLÍTICA

As prioridades de políticas incluem: i) superar a pandemia e apoiar a recuperação económica pós-Covid; ii) continuar a implementação de um programa de consolidação orçamental e gerador de crescimento ambicioso, mas realista, para assegurar a sustentabilidade da dívida, ao mesmo tempo que se atende às vastas necessidades de desenvolvimento da Guiné-Bissau; e iii) reforçar a governação e transparência orçamentais.

A. Políticas Macroeconómicas

Abordar a consolidação orçamental

11. No seguimento da contenção da derrapagem das despesas e da melhoria da mobilização de receitas, o saldo orçamental global em 2021 será melhor do que o esperado e a meta do saldo primário interno está ao alcance. Apesar do aumento das despesas com medidas relacionadas à Covid-19 e nos setores sociais e prioritários, o défice primário interno deverá cumprir a meta do SMP devido a uma maior mobilização de receitas e a uma massa salarial inferior ao previsto por via da correta contabilização dos atrasados salariais acumulados em

¹⁶ O Código Geral Tributário e o Regime de Sanções Fiscais irão reforçar o quadro tributário, constituir a base comum para a administração de todos os impostos – independentemente dos tipos de impostos – e promover a justiça e o entendimento

¹⁷ O Código Aduaneiro irá alterar o comportamento dos operadores e aumentar o cumprimento das obrigações.

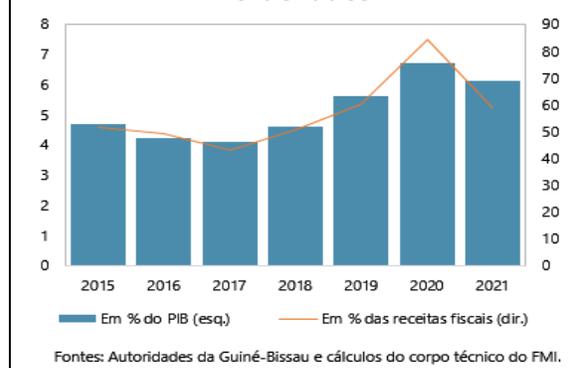
¹⁸ A Lei do IVA irá melhorar o quadro fiscal e alargar a base fiscal.

2019-20, mas liquidados em 2021.^{19,20} As autoridades antecipam a continuação de um forte desempenho das receitas no quarto trimestre de 2021, com base na melhoria da arrecadação de receitas de dois novos impostos (imposto de democracia e imposto sobre telecomunicações) e das licenças de pesca.²¹ Para o ano no seu todo, as receitas deverão ficar 0,7 pontos percentuais do PIB acima da meta do SMP. Além disso, o Governo adotou medidas de contenção da despesa para manter a meta do déficit primário interno de 18,9 mil milhões de FCFA no final de dezembro ao alcance. O déficit primário interno previsto de 15,4 mil milhões de FCFA representa uma considerável consolidação orçamental de 3,1% do PIB este ano, aproximando o saldo primário do nível de 2019.

12. Em 2021, as medidas acordadas com as autoridades ao abrigo do SMP contribuíram para a melhoria da mobilização de receitas, a racionalização das despesas e a não contração de financiamento dispendioso em condições não concessionais:

- **Medidas do lado da receita.** As principais medidas já adotadas incluem um novo imposto sobre telecomunicações e um imposto profissional, juntamente com outras medidas de aumento da receita. Globalmente, as medidas fiscais em 2021 deverão gerar um valor equivalente a 0,5% do PIB. As autoridades preveem mobilizar mais 1,2 mil milhões de FCFA de receitas através do sistema Kontaktu²² (Anexo III). A implementação integral deste projeto até ao final de março de 2022, em conjunto com os novos impostos e a nova lei fiscal, contribuirá para que a mobilização de receitas se aproxime, a médio prazo, dos níveis dos pares da Guiné-Bissau.
- **Controlo da despesa e massa salarial.** Para cumprir a MQ para o final de dezembro relativa ao saldo primário interno, as autoridades adotaram um despacho ministerial que estabelece medidas de contenção da

Figura 2 do texto. Guiné-Bissau: Salários e ordenados



¹⁹ Na primeira avaliação ([CR 2021/252](#)), a projeção de despesas com salários para o final de dezembro de 2021 incluía atrasados salariais no valor de 3,2 mil milhões de FCFA incorridos em 2020 (e, em menor grau, no final de 2019) mas pagos em 2021. Para contabilizar corretamente as despesas com salários numa base de exercício, a projeção para o final de dezembro de 2021 exclui o pagamento de atrasados salariais incorridos em 2019–2020. Consequentemente, as despesas com salários em 2019–2020 aumentaram proporcionalmente.

²⁰ O aumento das despesas prioritárias relacionadas com a pandemia (3,8 mil milhões de FCFA ou 0,4% do PIB) e das despesas não relacionadas com a pandemia (5,9 mil milhões de FCFA ou 0,6% do PIB) será compensado por uma maior mobilização de receitas (6,7 mil milhões de FCFA ou 0,7% do PIB) e menores investimentos financiados com recursos internos (3,0 mil milhões de FCFA ou 0,3% do PIB).

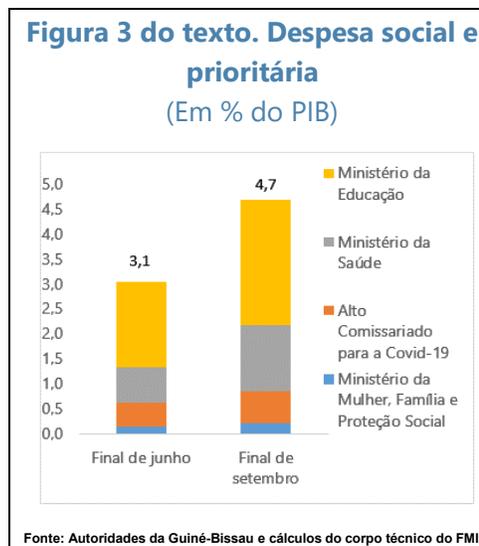
²¹ Embora a arrecadação fiscal tenha ficado aquém das expectativas em outubro devido às perturbações no setor do transporte marítimo de contentores e os diferendos em curso relativamente ao volume tributável dos serviços no setor das telecomunicações, as autoridades adotaram medidas para retificar estes problemas a fim de assegurar o cumprimento das metas quantitativas.

²² O Kontaktu é um sítio Web lançado este ano que permite a entrega e o pagamento de declarações fiscais por via eletrónica.

despesa.²³ O corpo técnico apoia os esforços de controlo da despesa envidados pelas autoridades, especialmente as medidas de controlo da massa salarial, incluindo a aplicação de um projeto baseado na tecnologia de *blockchain* apoiado pelo FMI, para ajudar a reconciliar os registos do pessoal e da folha de pagamentos (Anexo III). Todas estas medidas devem ajudar a cumprir, no médio prazo, o critério de convergência da UEMOA (Figura 2 do texto).²⁴

- **Empresas públicas.** As autoridades estão a tomar medidas para reforçar a gestão da maior empresa pública, a Electricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB), incluindo por meio da mudança da alta administração, da renovação das operações de gestão e da melhoria dos controlos de gestão financeira (MPEF ¶10, ponto 2). Serão necessários outros passos para consolidar as operações da EAGB a fim de garantir a sua viabilidade financeira e limitar os riscos orçamentais.²⁵ O FMI também irá prestar AT para reforçar a supervisão orçamental do setor empresarial do Estado.

13. Despesa social e prioritária. Estas despesas em 2021 centraram-se nos esforços de vacinação, na saúde, na educação e noutras despesas sociais. O custo da campanha de vacinação nacional contra a Covid-19 deverá rondar 9 mil milhões de FCFA (1% do PIB) para 2021–2022. Até ao momento, os custos operacionais têm sido suportados principalmente pelo Governo, mas será necessário mais apoio dos doadores para suprir um défice de financiamento de cerca de 4 milhões de USD em 2022. As despesas sociais e prioritárias no final de setembro cifraram-se em 4,7% do PIB, primeiramente no setor da educação, seguido pelo setor da saúde, incluindo despesas relacionadas com a Covid-19, e o setor social (Figura 3 do texto).



14. Planos de investimento. O Governo está a levar a cabo planos de investimento para melhorar as infraestruturas nos setores da saúde, educação e rodoviário no sentido de apoiar a retoma económica. Entre estes incluem-se investimentos relacionados com a Covid-19 nos cuidados de saúde e investimentos que visam apoiar a segurança alimentar, num valor total equivalente a 1,2% do PIB. O corpo técnico discutiu medidas para melhorar a qualidade dos planos de

²³ Ver primeira avaliação ([CR 2021/252](#), p. 11).

²⁴ O limite regional da UEMOA para o rácio salários/receitas fiscais é 35%.

²⁵ Com o apoio do Banco Mundial, um consórcio português foi encarregue de melhorar a gestão operacional e financeira do setor empresarial do Estado, incluindo a preparação e a publicação de todas as demonstrações financeiras desde o exercício financeiro de 2016 até março de 2022. Além disso, o consórcio pretende implementar medidas para controlar os custos e melhorar a arrecadação de receitas a fim de reduzir o défice operacional da empresa. Em 2022, o Tribunal de Contas planeia realizar e publicar os resultados de uma auditoria à empresa. A EAGB tem 0,7% do PIB em dívida com garantia pública de uma dívida total estimada em 2,9% do PIB. Para mais informações sobre a governação das empresas públicas, ver o [Relatório Técnico do FMI para a Guiné-Bissau "Reforço da Governação e do Quadro de Combate à Corrupção: Próximos Passos"](#).

investimento a fim de fomentar o crescimento económico a longo prazo, reforçar o processo de contratação pública para aumentar a eficiência dos investimentos e mobilizar donativos externos para financiar projetos de investimento específicos. Está em curso AT do FMI para prestar apoio em matéria de análise de custo/benefício, planeamento estratégico e formulação e monitorização dos planos de investimento público.

Orçamento Geral do Estado de 2022

15. O Orçamento Geral do Estado de 2022 foi aprovado em Conselho de Ministros em meados de novembro e na Assembleia Nacional em meados de dezembro. O Orçamento Geral do Estado de 2022 aprovado pela Assembleia Nacional está alinhado com a agenda de reformas ao abrigo do SMP, tendo como metas para o défice primário global e interno 4,2% do PIB e 1,2% do PIB respetivamente (Tabela 1). Mais especificamente, as despesas correntes – excluindo pagamentos de juros – como percentagem do PIB deverão cair 1,3 pontos percentuais, enquanto as despesas de investimento financiadas com recursos internos deverão avançar 0,8 pontos percentuais. A consolidação orçamental beneficiará da melhoria de 0,2 pontos percentuais na mobilização de receitas – o que apoia as despesas sociais e prioritárias e as despesas de investimento em importantes projetos de infraestruturas – e da racionalização das despesas não prioritárias.²⁶ As autoridades irão exercer um controlo rigoroso sobre a execução orçamental, evitando a acumulação de atrasados e autorizando endividamento externo consentâneo com a sustentabilidade da dívida. Para reforçar a gestão da dívida e melhorar a eficiência da futura despesa pública, o Governo tenciona rever o quadro de gestão da dívida, a política da massa salarial, a gestão do investimento público²⁷ e a supervisão das empresas estatais, com AT do Banco Mundial e do FMI.

Financiamento e dívida

16. O financiamento de emergência do FMI, o alívio da dívida do CCRT, os empréstimos concessionais de instituições multilaterais e o apoio orçamental da França aliviaram as pressões de financiamento do orçamento em 2021. A RCF de janeiro de 2021 bem como o atual SMP estão a ajudar a catalisar mais apoio dos doadores e a aliviar as pressões de financiamento decorrentes dos empréstimos não concessionais do BOAD e das emissões de títulos de Tesouro no mercado regional. A estratégia de mobilização incluiu a participação na Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, em inglês) e a tomada de medidas para resolver todos os atrasados

²⁶ As autoridades solicitaram apoio de AT ao FMI em matéria de política da massa salarial, gestão do investimento público e supervisão do setor empresarial do Estado. De igual modo, está em curso AT do FMI sobre gestão da dívida pública.

²⁷ A Guiné-Bissau possui uma proporção significativa de projetos com financiamento externo no seu orçamento de despesas de investimento. Tal exige uma forte coordenação entre as entidades governamentais, bem como entre o Governo e os doadores/mutuantas, que, de momento, é limitada o que, por seu turno, afeta a qualidade das informações sobre os projetos de investimento. Neste contexto, o FAD levou a cabo uma missão técnica em 2019 para providenciar formação prática sobre o planeamento e execução do orçamento para as despesas de investimento, usando dimensões relevantes do quadro de Avaliação da Gestão dos Investimentos Públicos (PIMA).

externos antigos.²⁸ O apoio orçamental da França no valor de 1,3 milhões de euros foi desembolsado em outubro. O Governo tenciona obter donativos adicionais e financiamento altamente concessional para projetos de investimento específicos.²⁹

17. O Governo está empenhado em auditar e iniciar a regularização dos atrasados internos a médio prazo. Os atrasados internos no valor de 10,2 mil milhões de FCFA acumulados em 2019-20 foram reconhecidos e pagos em 2021. As autoridades tencionam iniciar, nos próximos anos, a liquidação do stock de atrasados internos acumulados entre 1974 e 1999, num valor de 14,3 mil milhões de FCFA.³⁰ Além disso, até ao final de 2022, com apoio técnico externo, o Governo tenciona: apurar o real valor dos atrasados pendentes através de novos trabalhos de auditoria e verificação;³¹ verificar o cumprimento fiscal de todos os credores, bem como determinar os atrasados líquidos do Governo após a correção das eventuais obrigações fiscais. Desta forma, o Governo poderá decidir a estratégia a seguir para regularizar todos os atrasados internos no médio prazo.

18. A alocação de DSE contribuiu para diminuir os custos de financiamento e suprir o défice de financiamento de 2021 associado à resposta de emergência contra a pandemia (Anexo IV).³² As autoridades utilizaram a recente alocação de 27,2 milhões de DSE (cerca de 38,4 milhões de USD) para proceder ao reembolso antecipado de dívida não concessional ao banco regional de desenvolvimento (BOAD), que vencia no final de 2021 e em 2022.³³ O corpo técnico calcula que a operação de gestão da dívida poderá poupar até 3,4 mil milhões de FCFA (0,4% do PIB de 2021) em pagamentos de juros até 2026. As condições concessionais da operação de retrocessão constituem uma alternativa a financiamentos mais dispendiosos, como a contração de dívida em

²⁸ As perspetivas da sustentabilidade da dívida deverão melhorar por via da transparência e do cumprimento do teto para a nova dívida contratada associado à política do FMI relativa aos limites de endividamento. Ver nota de rodapé n.º 9 da ASD incluída no Relatório do FMI n.º 21/172 sobre os motivos pelos quais a dívida ainda não foi suspensa. Também foram celebrados acordos com a Líbia, Taiwan (Província da China) e Angola para a regularização dos atrasados antigos. As dívidas à Rússia e ao Brasil foram renegociadas, mas carecem de assinatura. As negociações com o Paquistão estão demoradas.

²⁹ Estão previstos para 2022 projetos de infraestruturas relacionados a estradas e energia solar, que serão financiados sob a forma de donativos do Banco Mundial e do Banco Africano de Desenvolvimento.

³⁰ O quadro macroeconómico atual não inclui a regularização dos atrasados internos de longa data. Os planos das autoridades com vista à regularização destes atrasados serão debatidos durante a terceira avaliação do SMP.

³¹ Neste processo, o Governo também pretende avaliar o nível de quotas em atraso junto de instituições internacionais e definir uma estratégia relativamente ao cancelamento, reescalonamento e/ou liquidação das obrigações.

³² A alocação de 27,2 milhões de DSE no final de agosto foi transferida pelo BCEAO, como uma operação de recompra de moeda de 21,6 mil milhões de FCFA com uma maturidade a 20 anos e um único pagamento no final do período. Com uma taxa de juro fixa de 0,05%, esta operação é equivalente a um empréstimo com um elemento de donativo de 62%. Na data de vencimento, esta operação poderá ser renovada por um período de 20 anos a uma taxa de juro indexada à taxa de juro dos DSE.

³³ Do montante total de 21,6 mil milhões de FCFA, 14,8 mil milhões de FCFA (69%) foram utilizados para proceder ao reembolso de capital ao BOAD que venciam entre setembro de 2021 e dezembro de 2022, enquanto 2 mil milhões de FCFA (9%) foram utilizados para reembolsar antecipadamente os juros ao BOAD que venciam no mesmo período. O montante remanescente, 4,8 mil milhões de FCFA (22%), foi utilizado para financiar despesas relacionadas com a Covid-19.

condições não concessionais e a emissão de bilhetes do Tesouro no mercado regional da UEMOA. O corpo técnico recomendou que quaisquer despesas relacionadas com a pandemia, bem como o respetivo financiamento, sejam registados de forma transparente no orçamento, em conformidade com o Código de Transparência Fiscal do FMI.

19. As políticas das autoridades para apoiar a consolidação orçamental e preservar a sustentabilidade da dívida poderão ainda exigir financiamento adicional equivalente a 2,1% do PIB em 2022–24. As autoridades devem procurar suprir este défice de financiamento através da identificação de empréstimos concessionais, apoiadas por um bom historial setores sociais e prioritários de implementação de políticas ao abrigo do SMP. O corpo técnico projeta um défice de financiamento de 7,4 mil milhões de FCFA em cada ano, cerca de 0,7% do PIB (Tabelas 2, 3a e 3b). A supressão deste défice por via de empréstimos concessionais irá diminuir o recurso a financiamento junto do banco comercial regional, reduzindo os encargos com juros, em média, em 0,1% do PIB ao longo do período 2022–26. O espaço orçamental associado a uma redução das despesas com juros poderá ser usado para apoiar o tão necessário investimento em infraestruturas públicas e nos setores prioritários.

20. O Governo está a adotar medidas concretas para reforçar a gestão da dívida. No quadro da aplicação dos decretos aprovados em junho³⁴ e para evitar os problemas de coordenação que originaram atrasos nos pagamentos do serviço da dívida, as Direções-Gerais do Tesouro e da Dívida têm vindo a realizar reuniões de coordenação semanais. As reuniões semestrais do recentemente criado Comité Nacional da Dívida Pública terão início em 2022. Este Comité também irá reunir em sessões extraordinárias para debater eventuais novos contratos de empréstimo. As autoridades procuram obter assistência técnica a longo prazo junto dos parceiros internacionais para melhorar as suas capacidades em termos de registo, monitorização e gestão geral da dívida. Além disso, continuarão a publicar os relatórios anuais sobre o serviço da dívida, desembolsos e acordos, bem como continuarão a comunicar as informações às bases de dados de estatísticas da dívida internacionais. O corpo técnico debateu formas de melhorar a gestão da dívida com apoio de AT.

21. A Guiné-Bissau encontra-se em elevado risco de sobre-endividamento externo e global, mas a dívida pública foi considerada sustentável num quadro prospetivo, com base no compromisso das autoridades para com a implementação de políticas robustas apoiadas por uma forte mobilização dos doadores. O contexto regional favorável da Guiné-Bissau³⁵ reduz os riscos de refinanciamento a médio prazo associados à dívida interna e o corpo técnico projeta um declínio gradual do valor atual da dívida pública face ao PIB a médio prazo, com o défice

³⁴ Em junho, o Conselho de Ministros aprovou decretos relativos à: i) criação de um Comité Nacional de Política de Endividamento, ii) organização e funcionamento da Direção-Geral da Dívida Pública e iii) emissão e gestão da dívida.

³⁵ A Guiné-Bissau beneficia de apoio financeiro das instituições regionais e dos maiores membros da união monetária regional com uma maior capacidade de endividamento; na UEMOA, o mercado regional de títulos do Tesouro é gerido pela UMOA-Titres.

orçamental e a dívida pública a cumprirem os critérios de convergência da UEMOA em 2025–26.³⁶ A avaliação continua a estar dependente do compromisso das autoridades para com: i) uma ambiciosa estratégia de ajustamento orçamental, ii) políticas prudentes de endividamento, inclusive evitando financiamentos para projetos em condições não concessionais, iii) o reforço da gestão da dívida e iv) a gestão prudente da carteira existente de empréstimos e a aplicação de procedimentos de avaliação baseados nas melhores práticas internacionais, a fim de garantir a criticidade dos projetos de investimento. Os riscos de curto prazo para a sustentabilidade da dívida aumentaram, refletindo as revisões do stock da dívida e do serviço da dívida associadas à resolução dos atrasados antigos (internos e externos) e aos passivos contingentes associados à EAGB e ao banco sistémico subcapitalizado.

22. O novo endividamento externo em 2021 baseou-se em empréstimos concessionais.

De acordo com a política relativa aos limites de endividamento, os empréstimos concessionais de doadores multilaterais (Tabela 4 do texto), juntamente com os donativos, deverão suprir as necessidades de financiamento relacionadas com as despesas sociais e os projetos de infraestruturas – uma tendência que deverá manter-se em 2022 dado que o país depende do efeito catalisador gerado por um SMP concluído com êxito. As autoridades devem melhorar as capacidades tendo em vista a elaboração e atualização de planos anuais de endividamento em linha com as melhores práticas. As autoridades continuam empenhadas na transparência da dívida, incluindo no que toca ao perfil dos detentores de títulos de dívida, em linha com os novos requisitos ao abrigo da Política relativa aos Limites de Endividamento (Tabela 5 do texto). Planeiam solicitar AT ao FMI para melhorar mais a qualidade dos dados sobre a dívida.³⁷

³⁶ A 27 de abril de 2020, os Chefes de Estado da UEMOA declararam uma suspensão temporária do Pacto de Estabilidade e Crescimento da UEMOA que estabelece seis critérios de convergência, incluindo a regra de 3% de défice orçamental, para ajudar os Estados-Membros a lidarem com as consequências da pandemia da Covid-19. Esta suspensão temporária permitirá que os Estados-Membros aumentem o seu défice orçamental global, de forma temporária, e usem o apoio externo adicional providenciado pelos doadores no contexto da resposta à crise da Covid-19. A Declaração dos Chefes de Estado estabelece claramente que deverá retomar-se a consolidação orçamental logo que a crise termine e os países deverão convergir para a regra orçamental regional até 2024. Considerando a dimensão da consolidação orçamental na Guiné-Bissau, a convergência foi adiada para 2025.

³⁷ Embora a nova política relativa aos limites de endividamento recomende a conversão do limite nominal dos empréstimos concessionais para projetos para um limite do valor atual, devido a limitações de capacidade em matéria de registo, monitorização e reporte da dívida na Guiné-Bissau, o corpo técnico propõe o adiamento desta alteração para um futuro pedido de acordo ECF.

Tabela 4 do texto. Guiné-Bissau: Endividamento externo em 2021

Dívida externa PGP contraída ou garantida	Volume de nova dívida em 2021 ¹ (milhões de USD)	Valor atual da nova dívida em 2021 ¹ (milhões de USD)
Fontes de financiamento da dívida	43,0	27,9
Dívida concessional ²	43,0	27,9
Dívida multilateral	43,0	27,9
BADEA	43,0	27,9
Usos do financiamento da dívida	43,0	27,9
Infraestrutura	43,0	27,9
<i>Por memória:</i>		
Projeções indicativas 2022		
BIsD - Educação	17,2	A definir

Fonte: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas do corpo técnico do FMI.

1/ Contratação e garantia de nova dívida, excl. o FMI. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do programa de 5%.

2/ Dívida com um elemento de donativo superior ao limiar mínimo, que normalmente é de 35%.

Tabela 5 do texto. Guiné-Bissau: Decomposição da dívida pública e do serviço da dívida por credor 2020–22¹

	Stock da dívida (fim do período)			Serviço da dívida					
	2020			2020	2021	2022	2020	2021	2022
	(Em milhões de USD)	(Em % do total da dívida)	(% do PIB) ⁵	(Em milhões de USD)			(% do PIB)		
Total	1.241,1	100,0	78,9	136,7	222,2	92,0	9,3	13,6	5,3
Externa	404,4	32,6	25,7	9,1	12,9	12,2	0,6	0,8	0,7
Credores multilaterais ²	272,8	22,0	17,3	8,4	9,0	8,4	0,6	0,6	0,5
FMI	29,2	2,4	1,9						
Banco Mundial	147,8	11,9	9,4						
BAfD	44,2	3,6	2,8						
Outros multilaterais	51,6	4,2	3,3						
<i>D/q:</i> Banco Islâmico de Desenvolv.	22,4	1,8	1,4						
BADEA	10,0	0,8	0,6						
Credores bilaterais	131,6	10,6	8,4	0,7	3,9	3,8	0,0	0,2	0,2
Clube de Paris	3,4	0,3	0,2	0,0	0,0	0,4	0,0	0,0	0,0
<i>D/q:</i> Brasil	1,9	0,2	0,1						
Rússia	1,5	0,1	0,1						
Fora do Clube de Paris	128,1	10,3	8,1	0,7	3,9	3,4	0,0	0,2	0,2
<i>D/q:</i> Angola	49,1	4,0	3,1						
Kuwait	28,9	2,3	1,8						
Interna	836,8	67,4	53,2	127,6	209,2	79,8	8,7	12,8	4,6
Detida por residentes, total	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Detida por não residentes, total	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
BTs regionais	259,8	20,9	16,5	57,9	78,4	61,5	3,9	4,8	3,6
BOAD	284,6	22,9	18,1	23,8	49,3	1,0	1,6	3,0	0,1
BCEAO	175,6	14,1	11,2	1,3	1,3	1,3	0,1	0,1	0,1
Empr. dos bancos comerciais locais ³	81,2	6,5	5,2	37,6	61,8	0,0	2,5	3,8	0,0
Atrasados de pagamentos	35,5	2,9	2,3	7,1	18,4	16,1	0,5	1,1	0,9
Por memória:									
Dívida garantida ⁴	0,0	0,0	0,0						
Passivos contingentes	19,6	1,6	1,2						
Garantias públicas	19,6	1,6	1,2						
PIB nominal	1.474,7			1.474,7	1.633,1	1.726,5			

1/ Conforme reportado pelas autoridades nacionais de acordo com a sua classificação dos credores, que inclui credores oficiais e comerciais.

A cobertura da dívida é a mesma que na ASD.

2/ Os credores multilaterais são, simplesmente, instituições com mais de um acionista oficial, e tal designação não está necessariamente alinhada à classificação dos credores no âmbito de outras políticas do FMI (por ex. concessão de crédito a países com pagamentos em mora).

3/ Incluindo garantias públicas.

4/ Uma dívida é garantida quando o credor possui direitos sobre um ativo ou fluxo de receitas que lhe permitam, em caso de incumprimento por parte do mutuário, utilizar o ativo ou fluxo de receitas para assegurar o reembolso da dívida. Um empréstimo é garantido quando o mutuário concede ao mutuante um direito real de garantia sobre determinados ativos existentes ou créditos futuros a receber como forma de assegurar o reembolso do empréstimo. Uma garantia é "não ligada" quando não tem relação com um projeto financiado pelo empréstimo. Um exemplo seria um empréstimo para financiar o déficit orçamental, garantido por receitas petrolíferas. Para uma análise das questões suscitadas pelas garantias, ver nota conjunta do FMI e do Banco Mundial para o G-20 intitulada "Collateralized Transactions: Key Considerations for Public Lenders and Borrowers".

5/ Calculado com base nos montantes em francos CFA.

23. As autoridades aceitaram reclassificar a dívida ao BOAD como dívida externa, quando de um eventual novo programa apoiado pelo FMI.³⁸ As autoridades deverão pedir um acordo ao abrigo da ECF em 2022. No contexto de um programa futuro, a classificação da dívida na ASD e os limites da dívida seguirão uma abordagem híbrida na qual a dívida ao BOAD (denominada em FCFA) será classificada como dívida externa, enquanto as restantes fontes de dívida continuarão a seguir uma classificação baseada na moeda. Considerando a importância deste credor para o país (23% da dívida total), esta reclassificação irá melhorar a cobertura dos limites da dívida.

B. Outras reformas estruturais e de governação em curso

24. As autoridades estão empenhadas em intensificar a implementação das salvaguardas de governação da RCF relativas à despesa para fazer face à Covid-19.³⁹ Os fundos relacionados com a Covid-19 são geridos através de uma conta separada no BCEAO e serão objeto de uma auditoria independente *ex post*, incluindo uma auditoria complementar realizada pelo Tribunal de Contas com o apoio de um conceituado auditor externo. Em outubro, o Tribunal de Contas iniciou uma auditoria às despesas relacionadas com a Covid-19, a pedido do Alto Comissariado para a Covid-19, cobrindo o período de junho de 2020 a agosto de 2021. Os resultados desta auditoria deverão ser publicados em abril de 2022. A auditoria complementar irá abranger todas as despesas Covid-19 em 2021 e será publicada até ao final de setembro de 2022. Os Termos de Referência para a contratação de um conceituado auditor externo foram elaborados em consulta com o FMI e o respetivo concurso público realizou-se no início de dezembro. Toda a despesa relacionada com a crise faz parte integrante do Orçamento de Estado e os relatórios sobre essa despesa são apresentados à Assembleia Nacional. Além disso, o Governo publicou relatórios financeiros e as principais informações sobre todos os contratos relacionados com a crise em 2020–21.⁴⁰ O corpo técnico recomendou ao Alto Comissariado a criação de um espaço dedicado no seu sítio Web para cada tipo de publicação a fim de aumentar a visibilidade. O corpo técnico reiterou a necessidade de atualizar a publicação das informações disponíveis sobre os contratos públicos e a validação *ex post* da execução dos contratos relacionados com a Covid-19, no sítio Web do Governo. Além disso, o Governo irá publicar o texto integral dos contratos e a validação *ex post* da execução destes, ao mesmo tempo que irá começar a divulgar as informações sobre os beneficiários efetivos das empresas às quais foram adjudicados contratos relacionados com a Covid-19 e contratos públicos, logo que o regime de contratação pública tenha sido alterado⁴¹ com apoio da AT do FMI (IRE para o

³⁸ A reclassificação da dívida ao BOAD como dívida externa é coerente com a [Nota de orientação do FMI-Banco Mundial sobre o quadro de sustentabilidade da dívida dos países de baixos rendimentos](#). As fontes de empréstimos do BOAD são, sobretudo, não residentes e os seus empréstimos devem ser tratados como dívida externa.

³⁹ Ver [“Guiné-Bissau: Pedido de Desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido”, Relatório do FMI n.º 21/29](#), Anexo I.

⁴⁰ No seu [sítio Web](#), o Alto Comissariado publicou relatórios financeiros que cobrem o período desde junho de 2020 até junho de 2021, bem como alguns contratos públicos relacionados com a crise, incluindo para a [compra de viaturas](#) e [suprimentos médicos datados de julho de 2020](#). As autoridades estão a trabalhar para ultrapassar as limitações em termos de capacidade e os problemas de coordenação, visando a publicação de todos os contratos públicos e a validação *ex post* dos relatórios de execução.

⁴¹ A informação completa dos contratos públicos irá fazer referência aos beneficiários efetivos das empresas.

final de março de 2022, MPEF 115 e abaixo).

25. As autoridades estão empenhadas em consolidar a gestão das finanças públicas a fim de melhorar, com caráter de urgência, o controlo da despesa (Tabela 7 e MPEF 112-13).

- Foram efetuadas diligências com vista à criação da CUT e ao reforço da gestão de caixa. A AT do FMI continua a apoiar a melhoria da função de gestão de tesouraria e caixa. O Ministério das Finanças criou uma unidade no seio da Direção-Geral do Tesouro que irá utilizar a ferramenta do FMI.
- Prosseguem os trabalhos técnicos para alterar o regime jurídico da contratação pública, a fim de permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos das entidades às quais são adjudicados contratos públicos acima de um determinado valor (IRE para o final de dezembro de 2021, redefinido para o final de março de 2022⁴²).⁴³ A AT do FMI está a apoiar a revisão do regime de contratação pública em vigor. As autoridades estão empenhadas em finalizar as alterações durante a vigência do SMP.
- Foi emitido um despacho executivo para pôr termo à contratação de funcionários sem contrato (IRE para o final de setembro de 2021). Foi aprovado um despacho executivo para o controlador financeiro controlar todos os salários da função pública e proceder à reconciliação dos registos do pessoal e da folha de pagamentos (IRE para o final de dezembro de 2021), com o apoio do projeto de *blockchain*. O Conselho de Ministros decidiu⁴⁴ que estas medidas têm de ser implementadas por todas as entidades públicas cujos salários estão incluídos no orçamento.
- O Governo está a preparar um despacho ministerial para aplicar os procedimentos normais de execução de despesas, exigindo a certificação da entrega dos bens e da prestação dos serviços antes da realização do pagamento aos fornecedores. As unidades responsáveis por despesas têm de adotar e implementar os procedimentos conforme indicado no “Manual de procedimentos sobre a despesa pública” elaborado com apoio de AT do FMI. No início de 2022, irá arrancar um teste-piloto em, pelo menos, cinco ministérios setoriais. Foi solicitada AT do FMI para apoiar a implementação.
- O Governo está a preparar um relatório de seguimento sobre as recomendações dos anteriores relatórios de auditoria do Tribunal de Contas (TC) à EAGB visando o reforço da gestão e da transparência, que será publicado até ao final de março de 2022⁴⁵. O TC incluiu a EAGB nos

⁴² As limitações em termos de capacidade e as complexidades do diagnóstico jurídico impediram a conclusão até ao final de 2021.

⁴³ Para permitir a recolha de informações sobre os beneficiários efetivos dos proponentes e subsequente publicação dessas mesmas informações para todas as entidades às quais são adjudicados contratos públicos, será necessário incluir na lei várias disposições que ainda não existem no atual regime jurídico da contratação pública. O trabalho jurídico em curso visa introduzir: i) uma definição juridicamente válida de “beneficiário efetivo”, ii) o dever de apresentar informações sobre o beneficiário efetivo, iii) as sanções aplicáveis em caso de incumprimento e iv) o acesso público às informações sobre o beneficiário efetivo. De igual modo, as autoridades determinaram que a emissão de um decreto será suficiente para introduzir estas disposições.

⁴⁴ Resolução de 27 de julho de 2021.

⁴⁵ Em meados de janeiro, o Ministro das Finanças publicou o mais recente [relatório de auditoria do TC](#) à EAGB, que inclui recomendações dirigidas ao Ministério das Finanças, ao Ministério da Energia e da Indústria e à empresa.

plano de auditoria para 2022. A AT do FMI irá apoiar o reforço da supervisão orçamental das empresas públicas.

26. Para apoiar a mobilização de receitas, o Governo irá assegurar o intercâmbio de informações entre a Direção-Geral das Contribuições e Impostos (DGCI), a Direção-Geral das Alfândegas (DGA), a Direção-Geral do Tesouro (DGTCP) e o Instituto Nacional da Segurança Social (INSS). Tal irá aumentar a transparência e prestação de contas em matéria de operações entre as entidades públicas, bem como irá reforçar a mobilização de receitas fiscais. O Governo registou ainda outros progressos, nomeadamente i) a DGTCP começou a fornecer a informação solicitada mediante o preenchimento das declarações de retenção na fonte e ii) foram celebrados memorandos de entendimento entre a DGCI, a DGA e o INSS, com o apoio do Ministro das Finanças e do Ministro da Administração Pública no final de dezembro. O FMI irá prestar AT nestas áreas em fevereiro/março de 2022, logo que os MdE tenham sido assinados.

27. Além disso, o Governo está empenhado em reforçar o quadro jurídico para mitigar o risco de corrupção por via do aumento da transparência e da prestação de contas. Uma proposta de reforma do Regime de Declaração de Ativos a apresentar à Assembleia Nacional irá concentrar-se na atualização da Lei de 1999, com AT do FMI (MPEF ¶116).⁴⁶ A reforma terá como objetivo: i) abranger todas as pessoas politicamente expostas (PPE), conforme definido nas normas do Grupo de Ação Financeira Internacional, e os respetivos familiares e pessoas estreitamente associadas; ii) abranger os ativos dos quais sejam beneficiários efetivos, no país e no estrangeiro, iii) assegurar que as declarações estão disponíveis online ao público e iv) permitir a imposição de sanções dissuasivas, que são aplicadas sistematicamente, em caso de não apresentação da declaração ou apresentação de uma declaração falsa. Além disso, o Grupo Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais na África Ocidental (GIABA) discutiu as recomendações da versão preliminar do seu relatório de avaliação mútua com as autoridades, em dezembro, e o relatório final será discutido em fevereiro. As autoridades partilharam com o corpo técnico uma versão preliminar da Avaliação Nacional do Risco de CBC/FT. O respetivo plano de ação, que foi partilhado com o Ministério das Finanças, necessitará de apoio institucional por parte das autoridades.

28. O Governo irá continuar a envidar esforços a fim de preservar a estabilidade do setor financeiro. O Governo está a monitorizar a evolução do plano de reestruturação do banco subcapitalizado e produziu um relatório, incluindo uma estratégia viável de saída até 2024 (IRE para o final de dezembro de 2021), conforme acordado com a Comissão Bancária regional. O corpo técnico realçou a importância de uma auditoria completa e independente ao crédito malparado do banco a fim de traçar um diagnóstico exato da sua situação. As autoridades aceitaram solicitar ao BCEAO que partilhe com o FMI os resultados da auditoria a todo o crédito malparado realizada pela Comissão Bancária (MPEF ¶122).

29. Avaliação de salvaguardas. O BCEAO implementou todas as recomendações da avaliação

⁴⁶ A Lei de 1999 é insuficiente em algumas áreas principais que são boas práticas fundamentais para se ter um sistema eficaz para a declaração de ativos.

de salvaguardas de 2018. A avaliação constatou que o BCEAO tinha, de uma forma geral, dispositivos de governação adequados e um ambiente de controlo robusto. De acordo com o ciclo quadrienal da política de salvaguardas para os bancos centrais regionais, está prevista uma atualização da avaliação do BCEAO em 2022.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

30. Apesar da persistência da pandemia, a atividade económica deverá ter melhorado em 2021, embora com riscos descendentes prolongados e desafios socioeconómicos de longa data. Após o país ter sido gravemente afetado pela pandemia global da Covid-19, que surgiu após um choque negativo nos termos de troca em 2018–19, as condições económicas estão a melhorar graças a níveis recorde das exportações da castanha de caju, a políticas económicas favoráveis e à maior confiança das empresas associada a um ambiente político mais estável. Em 2021, o crescimento deverá registar uma aceleração moderada, com a inflação a manter-se em linha com os critérios de convergência da UEMOA, apesar das pressões sobre os preços dos bens importados. Os riscos descendentes incluem uma pandemia mais prolongada, o que poderá desencadear tensões sociais e instabilidade política.

31. As autoridades são dignas de apreço por uma forte implementação do SMP. Apoiado pelo desembolso da RCF, pelo alívio da dívida do CCRT e pela alocação especial de DSE, o programa de reformas das autoridades registou progressos garantindo a estabilidade macroeconómica. O défice orçamental global, incluindo donativos, deverá situar-se em 5,4% do PIB em 2021, o que representa um ajustamento orçamental considerável consentâneo com os objetivos do programa. Aprovado pela Assembleia Nacional no início de dezembro, o OGE de 2022 prevê uma maior consolidação orçamental para trazer o défice orçamental para 4,2% do PIB, cumprir os principais objetivos do programa e, gradualmente, convergir para a meta do défice da UEMOA: 3% do PIB até 2025. Pelo segundo ano consecutivo, o OGE foi apresentado pelas autoridades dentro dos prazos legais. A Assembleia Nacional também aprovou em meados de dezembro um pacote de reformas fiscais, incluindo um novo Código Geral Tributário, um Regime de Sanções Fiscais e um Código Aduaneiro, juntamente com uma nova Lei do IVA. Estas ações irão criar espaço orçamental e catalisar o apoio dos doadores para proteger a despesa social na educação, saúde e relacionada com a pandemia, assim como para levar a cabo investimentos em infraestruturas fundamentais.

32. O corpo técnico saúda o uso prudente da alocação de DSE. As autoridades decidiram usar a recente alocação de 27,2 milhões de DSE (cerca de 38,4 milhões de USD) para apoiar a sustentabilidade da dívida, antecipando o reembolso dos empréstimos não concessionais ao BOAD a vencer em 2022, e para cobrir as despesas relacionadas com a Covid-19, incluindo a campanha de vacinação e a melhoria dos serviços de saúde. O corpo técnico elogia os esforços das autoridades tendo em vista o reforço da gestão da dívida, incluindo a realização de reuniões mensais de coordenação entre as Direções do Tesouro e da Dívida, e a revisão do quadro de gestão da dívida.

33. O corpo técnico recomenda que as autoridades monitorizem de perto a reestruturação do banco sistémico subcapitalizado e implementem medidas para melhorar a governação e as

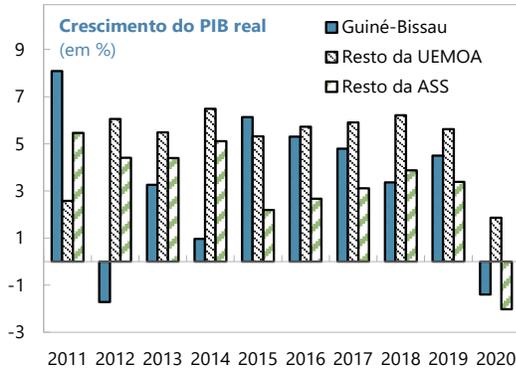
operações da EAGB. As autoridades estão a preparar um relatório sobre a situação do banco, incluindo uma estratégia viável de saída até 2024 (IRE para o final de dezembro de 2021). As autoridades devem monitorizar de perto o plano de reestruturação da gestão e governação da EAGB, que tem como objetivo a remodelação das operações de gestão e o reforço dos controlos de gestão financeira, a fim de assegurar a viabilidade financeira e limitar os riscos orçamentais e os riscos para a sustentabilidade da dívida pública.

34. A execução oportuna das reformas em matéria de governação e transparência é essencial para o êxito do SMP. O corpo técnico felicita as autoridades pela implementação da estratégia de GFP a fim de reforçar a governação orçamental, a transparência e a prestação de contas, incluindo medidas para aumentar o controlo da despesa, melhorar os regimes fiscais e aduaneiros, combater a corrupção e mitigar os riscos das empresas públicas. O corpo técnico apoia o forte compromisso das autoridades com a alteração do regime jurídico da contratação pública, com vista a permitir a recolha e a publicação das informações sobre os beneficiários efetivos das entidades às quais são adjudicados contratos públicos, bem como com a reforma do Regime da Declaração de Ativos que deverá ser concluída no primeiro trimestre de 2022. O corpo técnico apoia a reprogramação da implementação integral da solução de pagamentos de impostos Kontaktu a todos os grandes contribuintes para o final de março de 2022, para garantir uma boa transição.

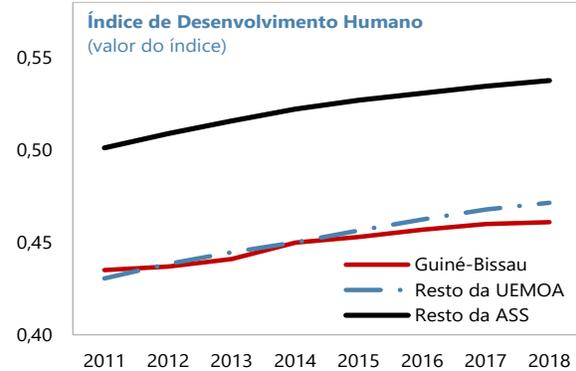
35. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades para a conclusão da segunda avaliação do SMP tendo em conta a concretização satisfatória dos objetivos do programa. Foram cumpridas seis das sete MQ e três dos quatro IRE para o final de setembro. Além disso, as autoridades já deram passos para garantir o cumprimento da maioria dos IRE para a terceira avaliação do SMP. Para mitigar os eventuais riscos decorrentes das limitações de capacidade, o FMI está a apoiar os esforços das autoridades em todas as áreas de política abrangidas pelo SMP por meio de AT personalizada.

Figura 1. Guiné-Bissau: Crescimento e Padrões de Vida

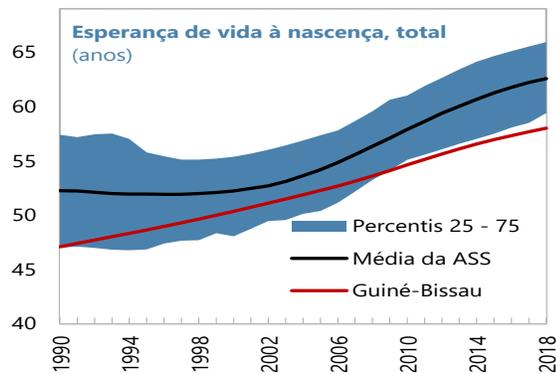
Um crescimento económico volátil em comparação com os seus pares regionais reflete um longo historial de instabilidade política...



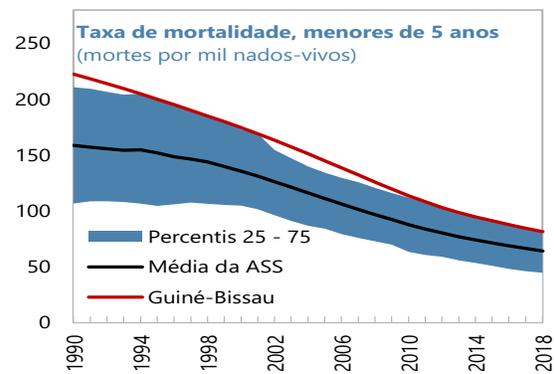
...e de fragilidade económica, que afeta os padrões de vida da população.



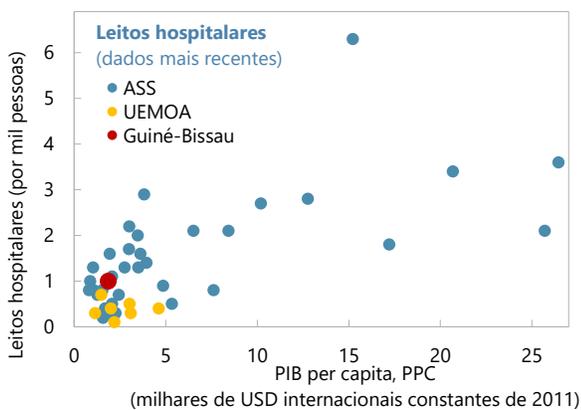
As fracas condições sanitárias são evidenciadas por uma esperança de vida à nascença significativamente inferior...



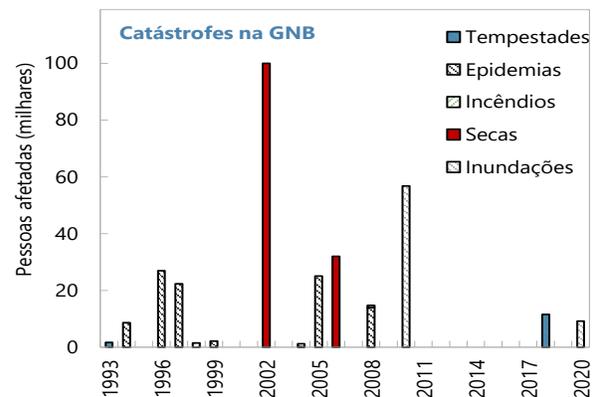
...bem como por uma taxa de mortalidade infantil mais elevada, ambas por comparação com os pares da África Subariana.



O sistema de saúde dispõe de recursos limitados, incluindo equipamento médico, que é fundamental...



...tendo em conta a exposição do país a catástrofes naturais, como as inundações deste ano e a pandemia.



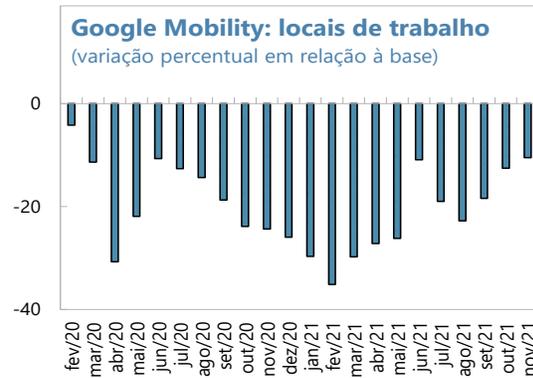
Fontes: Banco Mundial, Indicadores de Desenvolvimento Mundial; EM-DAT, base de dados CRED; autoridades da Guiné-Bissau, e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 2. Guiné-Bissau: Pandemia da Covid-19, Atividade e Preços

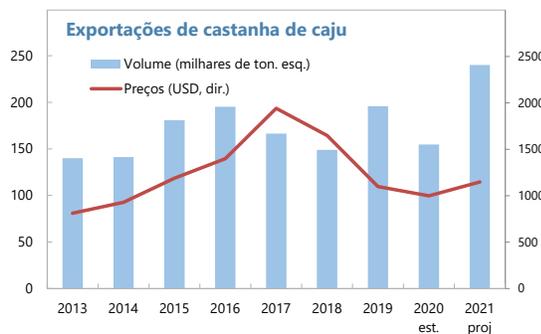
Os primeiros casos de Covid-19 foram registados no final de março de 2020 e uma terceira vaga foi controlada...



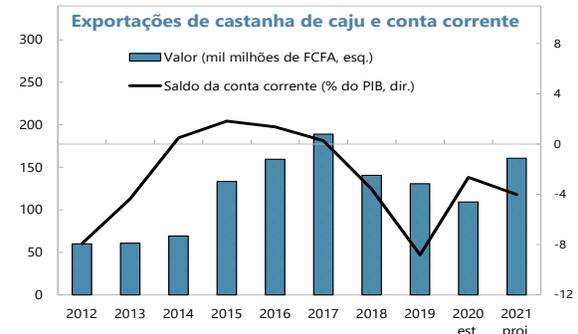
...por meio da reintrodução de medidas de contenção e do avanço da campanha de vacinação.



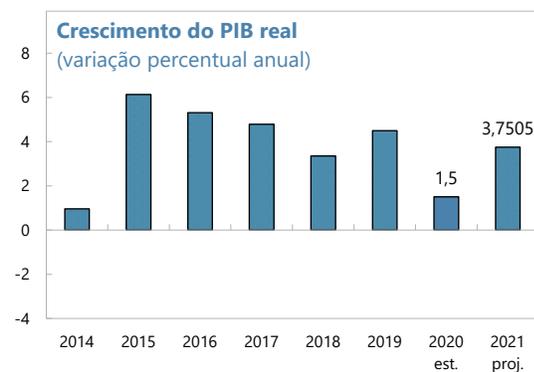
Após os atrasos e uma fraca procura devido à pandemia em 2020, as exportações da castanha de caju assinalaram uma recuperação significativa em 2021...



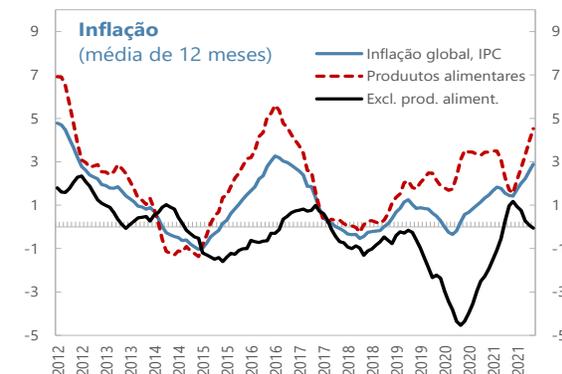
...apoioando a conta corrente, que também foi afetada pelo aumento das importações, e preservando a inversão do choque dos termos de troca em 2018-19.



A economia deverá recuperar moderadamente da desaceleração observada em 2020 relacionada com a pandemia...



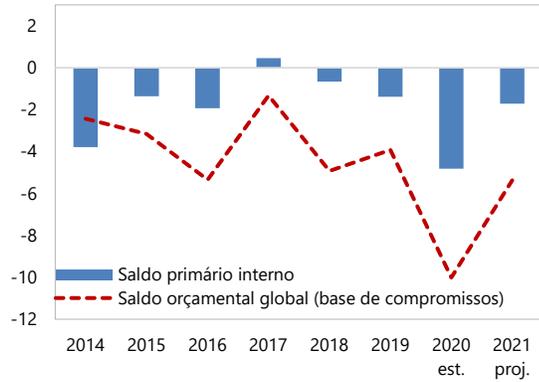
... mas a inflação deverá acelerar devido aos preços dos produtos importados, sobretudo dos produtos alimentares e do petróleo.



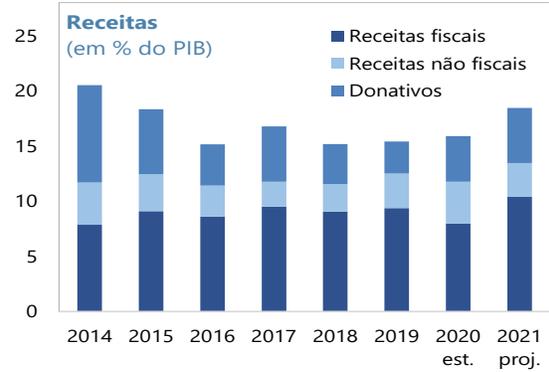
Fontes: Base de dados Google Mobility; Our World in Data; cálculos das autoridades da Guiné-Bissau; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Figura 3. Guiné-Bissau: Evolução Fiscal, Externa e Monetária

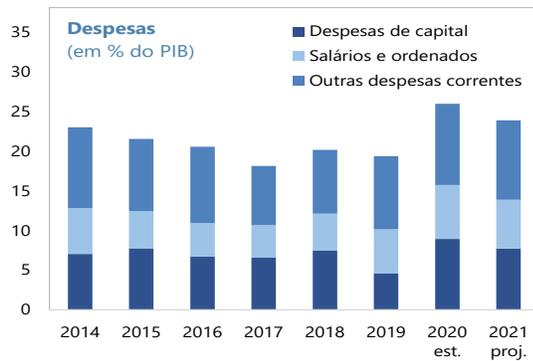
Em 2021, está a proceder-se a uma consolidação fiscal significativa...



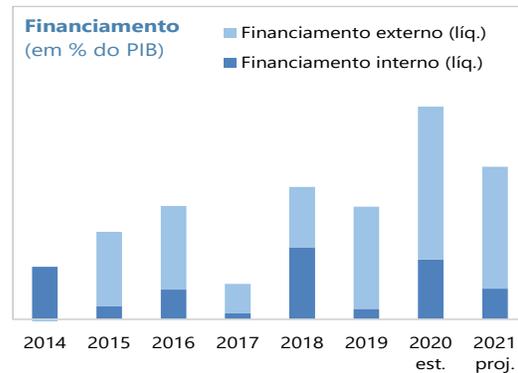
... apoiada por um aumento das receitas e dos donativos...



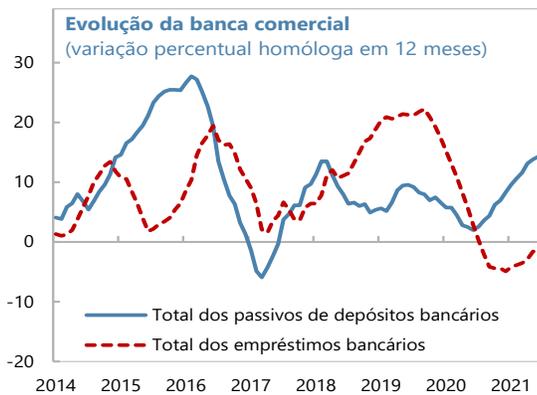
... e pela contenção da despesa...



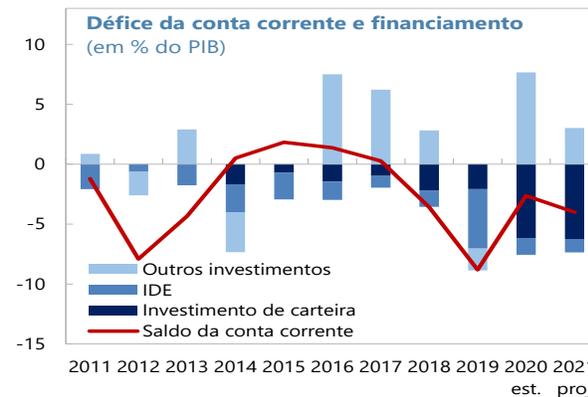
... o que resulta numa reduzida necessidade de financiamento adicional, tanto externo como da região.



Com o aumento da liquidez no setor bancário, o crédito deverá começar a recuperar.



O défice de conta corrente deverá continuar a ser financiado por entradas de investimento de carteira (sobretudo títulos do Tesouro).



Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau; BCEAO; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Indicadores Económicos e Financeiros Seleccionados, 2019–26

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
		Prel.			Proj.			
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)								
Contas nacionais e preços								
PIB real a preços de mercado	4,5	1,5	3,8	4,0	5,0	5,0	5,0	5,0
PIB real per capita	2,3	-0,7	1,5	1,7	2,8	2,8	2,9	2,9
Deflador do PIB	-3,5	-1,0	2,7	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Índice de preços no consumidor (média anual)	0,3	1,5	3,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0
Setor externo								
Exportações, FOB (francos CFA)	-22,7	-15,6	34,8	2,2	3,6	4,5	3,2	3,4
Importações, FOB (francos CFA)	20,5	-9,9	14,4	6,2	3,5	3,1	3,7	4,8
Termos de troca (deterioração = -)	-31,4	-3,7	-7,1	-3,4	5,1	3,6	1,8	1,8
Taxa de câmbio efetiva real (depreciação -)	-2,8	2,3
Taxa de câmbio (FCFA por USD; média)	585,9	574,8
Finanças públicas								
Receitas excl. donativos	9,2	-5,5	21,8	7,2	11,8	10,0	9,1	7,2
Despesas	-2,6	33,8	-1,8	-1,7	9,9	4,7	5,2	7,5
Despesas correntes	18,7	14,5	1,4	-3,3	6,0	6,9	6,9	6,6
Despesas de capital	-38,5	96,7	-7,8	1,5	17,6	0,9	2,1	9,3
Moeda e crédito								
Crédito interno	13,8	-1,7	11,6	13,4	13,8	12,8	9,0	9,2
Crédito ao governo (líquido)	13,8	-19,7	19,0	10,5	7,4	6,4	-6,9	-6,7
Crédito à economia	13,8	5,9	9,2	14,4	16,0	14,7	13,5	13,0
Ativos internos líquidos	12,0	-13,8	16,0	19,6	19,2	16,9	11,5	11,5
Massa monetária (M2)	0,3	9,1	7,9	6,0	5,4	5,3	5,1	5,6
(Em % do PIB, salvo indicação em contrário)								
Investimento e poupança								
Investimento bruto	14,2	21,8	20,1	19,8	21,3	20,6	20,2	20,7
d/q: investimento público	8,4	16,4	14,2	13,5	14,7	13,8	13,0	13,2
Poupança interna bruta	0,9	7,4	7,5	6,7	8,8	8,9	8,9	9,7
d/q: poupança pública	1,8	2,5	4,1	5,6	6,8	6,4	6,3	6,5
Poupança nacional bruta	5,4	19,2	16,1	15,5	17,0	16,4	16,1	16,7
Finanças públicas								
Receitas excl. donativos	12,5	11,8	13,5	13,5	14,0	14,3	14,4	14,3
Despesa primária interna	14,0	16,5	15,2	14,7	14,8	14,2	13,8	13,8
Saldo primário interno	-1,4	-4,8	-1,7	-1,2	-0,8	0,0	0,6	0,5
Saldo global (base de compromisso)								
Incluindo donativos	-4,0	-10,0	-5,4	-4,2	-4,1	-3,6	-3,0	-3,0
Excluindo donativos	-6,9	-14,1	-10,4	-8,4	-8,3	-7,4	-6,7	-6,7
Conta corrente externa								
Excluindo transferências correntes oficiais	-8,8	-2,6	-4,0	-4,3	-4,3	-4,2	-4,0	-4,0
Excluindo transferências correntes oficiais	-10,0	-5,9	-7,0	-7,0	-6,9	-6,5	-6,3	-6,2
Stock da dívida pública e com garantia pública¹								
d/q: dívida externa	65,9	78,9	79,8	78,2	76,2	74,0	71,3	68,9
d/q: dívida externa	24,2	25,7	27,9	26,6	25,4	24,3	22,7	21,5
Por memória:								
PIB nominal a preços de mercado (mil milh. FCFA)	843,5	847,6	903,1	965,5	1042,2	1124,9	1214,2	1310,7
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milh. USD)	17,6	21,8
(Em % da massa monetária)	34,2	32,9

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Cobertura alargada para incluir os atrasados antigos.

Tabela 2. Guiné-Bissau: Balança de Pagamentos, 2019–26
(Mil milhões de FCFA)

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
		Prel.				Projeções		
Saldo da conta corrente	-74,4	-22,4	-36,2	-41,3	-44,8	-47,4	-49,0	-52,5
Bens e serviços	-123,3	-119,1	-118,3	-129,9	-135,2	-138,1	-144,6	-153,7
Bens	-50,6	-53,8	-36,3	-45,1	-46,7	-45,7	-48,3	-53,2
Exportações, FOB	145,7	123,1	165,9	169,6	175,7	183,6	189,6	196,0
<i>d/q</i> : castanha de caju	130,7	109,2	160,7	164,1	169,7	177,2	182,6	188,5
Importações, FOB	-196,4	-176,8	-202,2	-214,8	-222,4	-229,4	-237,8	-249,2
<i>d/q</i> : produtos alimentares	-59,7	-58,7	-68,1	-74,2	-77,5	-81,9	-86,3	-91,0
produtos petrolíferos	-33,1	-30,9	-35,9	-40,9	-39,3	-39,1	-39,4	-40,2
Serviços	-72,6	-65,3	-82,0	-84,8	-88,5	-92,4	-96,4	-100,5
Crédito	25,2	10,7	17,0	18,2	19,6	21,2	22,8	24,6
Débito	-97,8	-76,0	-99,0	-103,0	-108,1	-113,5	-119,2	-125,1
Rendimento	15,8	14,5	4,3	7,8	6,4	6,8	8,3	9,8
Crédito	24,5	22,5	16,9	21,9	25,0	26,4	28,2	29,5
<i>D/q</i> : Compensação das pescas da UE	7,6	7,6	7,4	8,8	8,8	8,8	8,8	8,8
Outras taxas de licenciamento	6,8	10,1	6,3	8,2	11,3	12,5	14,1	15,2
Débito	-8,8	-8,0	-12,6	-14,1	-18,6	-19,6	-19,9	-19,7
<i>d/q</i> : juros do governo	-3,7	-7,7	-10,6	-7,6	-12,1	-13,0	-13,2	-14,4
Transferências correntes (líquidas)	33,1	82,2	77,7	80,9	84,0	83,9	87,4	91,4
Oficiais	10,0	27,8	26,6	26,1	27,4	25,4	27,1	29,3
Privadas	23,1	54,3	51,1	54,7	56,6	58,5	60,3	62,1
<i>d/q</i> : remessas	21,7	51,8	48,3	51,8	53,6	55,3	57,0	58,8
Conta de capital	16,1	6,0	19,3	17,5	19,8	20,3	21,5	23,0
<i>d/q</i> : transferências oficiais	14,5	5,2	17,1	14,3	16,5	16,9	18,1	19,5
Conta financeira	-74,7	0,7	-39,2	-27,6	-23,3	-24,3	-25,0	-27,6
IDE	-41,8	-11,9	-10,1	-13,6	-14,7	-15,8	-17,1	-18,5
Outros investimentos	-33,0	12,6	-29,1	-14,0	-8,6	-8,4	-7,9	-9,2
Desembolsos oficiais a médio e a longo prazo	-14,1	-51,3	-21,0	-19,5	-18,8	-19,2	-20,4	-20,4
Programas	0,0	-22,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Projetos	-14,1	-29,3	-20,9	-19,5	-18,8	-19,2	-20,4	-20,4
Amortização	2,3	12,6	26,0	4,7	18,5	19,1	18,9	15,8
Bilhetes do Tesouro (financiamento regional)	-18,3	-48,7	-56,3	-28,8	-37,9	-36,3	-39,3	-38,8
Ativos externos líquidos dos bancos comerciais	-28,1	72,2	-12,5	-7,5	-7,5	-7,5	0,0	0,0
Outros ativos externos líquidos	25,2	27,9	34,6	37,1	37,0	35,5	32,9	34,2
Erros e omissões	-3,2	-3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	13,2	-20,3	22,3	3,8	-1,7	-2,9	-2,4	-1,8
Financiamento	-13,2	20,3	-22,3	-11,4	-5,8	-4,6	2,4	1,8
Ativos externos líquidos excl. FMI (aumento -)	-12,0	20,3	-33,2	-10,0	-2,9	-1,4	5,1	4,0
Compras do FMI	0,0	0,0	11,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Recompras do FMI	-1,2	-2,0	-1,7	-1,6	-2,9	-3,2	-2,6	-2,2
Donativo para o alívio da dívida no âmbito do CCRT do FMI	0,0	2,0	1,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0
Variação dos atrasados	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	0,0	7,5	7,5	7,5	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>								
Volume das exportações do caju (milhares de toneladas)	196	155	240	240	245	250	255	260
Preços de exportação do caju (USD por tonelada)	1.098	1.000	1.148	1.159	1.194	1.229	1.254	1.279
Volume das importações de bens (variação % anual)	14,1	-5,2	-1,8	0,1	7,6	5,3	4,7	5,4
Preços do petróleo (internacionais, USD por barril)	61,4	41,3	69,8	75,7	70,2	67,3	65,2	63,8
Serviço da dívida programado								
Porcentagem de exportações e créditos de serviço	2,1	3,9	3,9	3,7	4,8	4,7	5,2	4,7
Porcentagem do total da receita pública	3,5	5,3	5,9	5,3	6,4	6,0	6,3	5,5
Saldo da conta corrente (% do PIB)	-8,8	-2,6	-4,0	-4,3	-4,3	-4,2	-4,0	-4,0
Transferências oficiais (% do PIB)	2,9	3,9	4,8	4,2	4,2	3,8	3,7	3,7
Reservas oficiais brutas da UEMOA (mil milhões de USD)	17,6	21,8
(Em % da massa monetária)	34,2	32,9

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 3a. Guiné-Bissau: Operações do Governo Central, 2019–26
(Mil milhões de FCFA)

	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025	2026
		Prel.	Pedido SMP	Proj.	Proj.					
Receitas e donativos	130,1	134,7	162,0	166,7	170,9	189,7	202,6	220,1	236,2	
Receitas fiscais	79,1	67,8	87,9	94,1	101,9	113,4	125,8	137,5	147,8	
Receitas não fiscais	26,5	32,0	27,0	27,5	28,4	32,3	34,6	37,3	39,6	
Donativos	24,5	35,0	47,0	45,1	40,6	44,0	42,3	45,2	48,8	
Apoio orçamental	1,9	0,0	3,7	1,0	4,8	4,4	0,0	0,0	0,0	
Donativos para projetos	22,6	33,0	42,5	42,8	35,6	39,6	42,3	45,2	48,8	
Donativos de capital do CCRT	0,0	2,0	0,9	1,4	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesas	163,7	219,1	206,1	215,2	211,4	232,3	243,4	256,0	275,2	
Despesa	125,2	143,4	134,4	145,4	140,6	149,1	159,3	170,2	181,4	
Salários e ordenados	47,5	57,0	56,6	55,2	59,5	59,2	62,7	66,8	70,7	
Bens e serviços	18,7	25,4	24,4	27,8	26,2	27,4	29,5	32,0	34,4	
Transferências	27,1	27,3	23,6	26,0	24,8	26,6	28,9	31,1	32,4	
Despesas não tituladas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Juros	9,2	13,2	14,1	15,4	14,6	19,9	21,9	23,0	25,4	
Outras	22,7	20,5	15,8	21,0	15,5	16,0	16,3	17,3	18,5	
Aquisição líquida de ativos não financeiros	38,5	75,7	71,7	69,8	70,8	83,3	84,0	85,8	93,8	
Com financiamento interno	1,8	9,9	10,0	7,0	15,7	24,9	22,5	20,2	24,5	
Com financiamento externo (incl. BOAD)	36,7	65,7	61,7	62,8	55,1	58,4	61,5	65,6	69,2	
Saldo global, incl. donativos (base de compromissos)	-33,6	-84,3	-44,1	-48,5	-40,5	-42,7	-40,7	-36,0	-39,0	
Saldo global, excl. donativos (base de compromissos)	-58,1	-119,3	-91,2	-93,6	-81,2	-86,6	-83,1	-81,2	-87,8	
Variação dos atrasados	0,0	6,3	-13,7	-10,9	-9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Atrasados internos ¹	-1,8	5,5	-12,3	-10,2	-9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Acumulação no ano corrente	10,4	9,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Pagamentos de anos anteriores (-)	-12,1	-4,1	-12,3	-10,2	-9,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Atrasados externos líquidos	1,8	0,5	-0,5	-0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Atrasados de juros ao BOAD, líquidos	0,0	0,2	-0,9	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Float e discrepâncias estatísticas	-7,4	0,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-41,0	-77,8	-57,8	-59,4	-49,5	-42,7	-40,7	-36,0	-39,0	
Financiamento ²	41,0	77,8	47,0	59,4	42,0	35,2	33,3	36,0	39,0	
Aquisição líquida de ativos financeiros (- = acumulação)	-2,4	-28,7	11,1	10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Depósitos bancários	3,0	-12,8	11,1	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
BCEAO	0,2	-1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Bancos comerciais locais	2,8	-11,1	11,1	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros ³	-5,4	-15,9	0,0	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
d/q: Recapitalização bancária	-3,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Financiamento interno	39,6	84,6	30,1	37,3	36,5	29,3	25,3	28,6	29,2	
Crédito do BCEAO	-1,2	-2,0	10,1	31,2	-1,6	-2,9	-3,2	-4,9	-4,4	
(d/q) FMI	-1,2	-2,0	10,1	9,5	-1,6	-2,9	-3,2	-2,6	-2,2	
Outro financiamento interno (líquido)	40,7	86,6	20,1	6,1	38,2	32,2	28,5	33,5	33,6	
Bancos comerciais locais	14,5	17,5	-33,3	-33,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Bancos comerciais regionais	18,3	48,7	54,6	56,3	28,8	37,9	36,3	39,3	38,8	
Financiamento regional (BOAD)	7,9	20,3	-1,3	-16,9	9,3	-5,7	-7,8	-5,8	-5,2	
Financiamento externo (líquido)	3,8	21,9	5,8	11,9	5,5	5,9	8,0	7,4	9,8	
Desembolsos	5,5	24,3	9,2	15,3	9,6	11,2	13,2	14,4	16,5	
Projetos	5,5	24,3	9,2	15,3	9,6	11,2	13,2	14,4	16,5	
Programas	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Amortização	-1,6	-2,3	-3,4	-3,4	-4,1	-5,3	-5,3	-7,1	-6,8	
Alívio da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	10,8	0,0	7,5	7,5	7,5	0,0	0,0	
<i>Por memória:</i>										
Saldo primário interno (base de compromissos) ⁴	-12,2	-40,3	-15,4	-15,4	-11,5	-8,3	0,4	7,5	6,9	

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Registados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

² O financiamento é numa base monetária.

³ Projeto WARCIP a partir de 2018; em 2019, participações e recapitalização bancária; em 2020, reempréstimo de apoio a bancos.

⁴ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

Tabela 3b. Guiné-Bissau: Operações Consolidadas do Governo Central, 2019–26
(Em % do PIB)

	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025	2026
		Prel.	Pedido SMP	Proj.	Proj.					
Receitas e donativos	15,4	15,9	18,5	18,5	17,7	18,2	18,0	18,1	18,0	
Receitas fiscais	9,4	8,0	10,1	10,4	10,6	10,9	11,2	11,3	11,3	
Receitas não fiscais	3,1	3,8	3,1	3,0	2,9	3,1	3,1	3,1	3,0	
Donativos	2,9	4,1	5,4	5,0	4,2	4,2	3,8	3,7	3,7	
Apoio orçamental	0,2	0,0	0,4	0,1	0,5	0,4	0,0	0,0	0,0	
Donativos para projetos	2,7	3,9	4,9	4,7	3,7	3,8	3,8	3,7	3,7	
Donativos de capital do CCRT	0,0	0,2	0,1	0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Despesas	19,4	25,8	23,6	23,8	21,9	22,3	21,6	21,1	21,0	
Despesa	14,8	16,9	15,4	16,1	14,6	14,3	14,2	14,0	13,8	
Salários e ordenados	5,6	6,7	6,5	6,1	6,2	5,7	5,6	5,5	5,4	
Bens e serviços	2,2	3,0	2,8	3,1	2,7	2,6	2,6	2,6	2,6	
Transferências	3,2	3,2	2,7	2,9	2,6	2,6	2,6	2,6	2,5	
Despesas não tituladas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Juros	1,1	1,6	1,6	1,7	1,5	1,9	2,0	1,9	1,9	
Outras	2,7	2,4	1,8	2,3	1,6	1,5	1,4	1,4	1,4	
Aquisição líquida de ativos não financeiros	4,6	8,9	8,2	7,7	7,3	8,0	7,5	7,1	7,2	
Com financiamento interno	0,2	1,2	1,1	0,8	1,6	2,4	2,0	1,7	1,9	
Com financiamento externo (incl. BOAD)	4,3	7,8	7,1	7,0	5,7	5,6	5,5	5,4	5,3	
Saldo global, incl. donativos (base de compromissos)	-4,0	-10,0	-5,0	-5,4	-4,2	-4,1	-3,6	-3,0	-3,0	
Saldo global, excl. donativos (base de compromissos)	-6,9	-14,1	-10,4	-10,4	-8,4	-8,3	-7,4	-6,7	-6,7	
Variação dos atrasados	0,0	0,7	-1,6	-1,2	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	
Atrasados internos ¹	-0,2	0,7	-1,4	-1,1	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	
Acumulação no ano corrente	1,2	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Pagamentos de anos anteriores (-)	-1,4	-0,5	-1,4	-1,1	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	
Atrasados externos líquidos	0,2	0,1	-0,1	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Atrasados de juros ao BOAD, líquidos	0,0	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Float e discrepâncias estatísticas	-0,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Saldo global, incl. donativos (base de caixa)	-4,9	-9,2	-6,6	-6,6	-5,1	-4,1	-3,6	-3,0	-3,0	
Financiamento ²	4,9	9,2	5,4	6,6	4,3	3,4	3,0	3,0	3,0	
Aquisição líquida de ativos financeiros (- = acumulação)	-0,3	-3,4	1,3	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Depósitos bancários	0,4	-1,5	1,3	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
BCEAO	0,0	-0,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Bancos comerciais locais	0,3	-1,3	1,3	1,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Outros ³	-0,6	-1,9	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
d/q: Recapitalização bancária	-0,4	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Financiamento interno	4,7	10,0	3,4	4,1	3,8	2,8	2,3	2,4	2,2	
Crédito do BCEAO	-0,1	-0,2	1,2	3,4	-0,2	-0,3	-0,3	-0,4	-0,3	
(d/q) FMI	-0,1	-0,2	1,2	1,1	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	-0,2	
Outro financiamento interno (líquido)	4,8	10,2	2,3	0,7	4,0	3,1	2,5	2,8	2,6	
Bancos comerciais locais	1,7	2,1	-3,8	-3,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Bancos comerciais regionais	2,2	5,7	6,2	6,2	3,0	3,6	3,2	3,2	3,0	
Financiamento regional (BOAD)	0,9	2,4	-0,1	-1,9	1,0	-0,5	-0,7	-0,5	-0,4	
Financiamento externo (líquido)	0,5	2,6	0,7	1,3	0,6	0,6	0,7	0,6	0,7	
Desembolsos	0,6	2,9	1,1	1,7	1,0	1,1	1,2	1,2	1,3	
Projetos	0,6	2,9	1,1	1,7	1,0	1,1	1,2	1,2	1,3	
Programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Amortização	-0,2	-0,3	-0,4	-0,4	-0,4	-0,5	-0,5	-0,6	-0,5	
Alívio da dívida	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Défice de financiamento residual	0,0	0,0	1,2	0,0	0,8	0,7	0,7	0,0	0,0	
<i>Por memória:</i>										
Saldo primário interno (base de compromissos) ⁴	-1,4	-4,8	-1,8	-1,7	-1,2	-0,8	0,0	0,6	0,5	

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Registrados como atrasados quando os pagamentos não são feitos há mais de 30 dias para os ordenados e 90 dias para outras despesas.

² O financiamento é numa base monetária.

³ Projeto WARCIP a partir de 2018; em 2019, participações e recapitalização bancária; em 2020, reempréstimo de apoio a bancos.

⁴ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD.

Tabela 4. Guiné-Bissau: Indicadores Monetários, 2019–23¹

	2019	2020	2021	2022	2023
			Projeções		
	(Mil milhões de FCFA)				
Ativos externos líquidos	217,7	271,5	282,7	279,2	270,0
Banco Central dos Estados da África Ocidental (BCEAO)	182,6	164,2	187,8	191,9	190,2
Bancos comerciais	35,1	107,3	94,8	87,3	79,8
Ativos internos líquidos	148,3	127,7	148,2	177,3	211,4
Crédito ao governo (líquido)	58,8	47,2	56,2	62,1	66,7
BCEAO	42,7	40,2	71,4	77,3	81,9
Bancos comerciais	16,2	7,0	-15,2	-15,2	-15,2
Crédito à economia	138,9	147,1	160,6	183,8	213,3
Outras rubricas (líquido)	-49,5	-66,6	-68,6	-68,6	-68,6
Massa monetária (M2)	366,0	399,2	430,9	456,5	481,4
Circulação monetária	235,3	246,5	266,1	281,9	297,2
Depósitos bancários	130,7	152,7	164,8	174,6	184,1
Base monetária (M0)	258,7	274,7	304,6	322,7	340,3
	(Variação percentual da massa monetária no início do período)				
Contributo ao crescimento da massa monetária (M2)					
Ativos externos líquidos	-4,1	14,7	2,8	-0,8	-2,0
BCEAO	3,6	-5,0	5,9	0,9	-0,4
Bancos comerciais	-7,7	19,7	-3,1	-1,7	-1,6
Ativos internos líquidos	4,3	-5,6	5,1	6,8	7,5
Crédito ao governo central	2,0	-3,2	2,2	1,4	1,0
Crédito à economia	4,6	2,3	3,4	5,4	6,5
Outras rubricas (líquido)	-2,2	-4,7	-0,5	0,0	0,0
<i>Por memória:</i>					
Massa monetária (M2, variação percentual anual)	0,3	9,1	7,9	6,0	5,4
Base monetária (M0, variação percentual anual)	4,2	6,2	10,9	6,0	5,4
Crédito à economia (variação percentual anual)	13,8	5,9	9,2	14,4	16,0
Velocidade (PIB/M2)	2,3	2,1	2,1	2,1	2,2
Multiplicador monetário (M2/M0)	1,4	1,5	1,4	1,4	1,4

Fontes: BCEAO e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Fim de período.

Tabela 5. Guiné-Bissau: Indicadores de Solidez Financeira Selecionados, 2017–21

	2017	2018	2019	2020	2021 Jun	Excluindo o banco subcapitalizado		
						2020 Dez	2021 Jun	2021 Set
Adequação dos fundos próprios								
Fundos próprios/ativos ponderados pelo risco	2,2	-5,4	-2,0	-3,6	-3,6	25,6	21,7	21,4
Fundos próprios de nível 1/ativos ponderados pelo risco	1,8	-5,5	-2,0	-3,6	-3,6	25,6	21,7	21,4
Provisões/ativos ponderados pelo risco	27,6	29,8	26,0	20,4	18,3	2,3	2,7	2,9
Fundos próprios/total do ativo	1,0	-2,0	-0,7	-1,3	-1,4	12,8	12,7	12,7
Composição e qualidade dos ativos								
Total de empréstimos/total do ativo	40,1	50,5	46,7	40,4	47,3	36,5	44,7	46,3
Concentração: empréstimos aos 5 maiores mutuários/fundos próprios	831,7	-316,1	-748,5	-379,3	-322,7
Distribuição setorial do crédito								
Agricultura e pescas	0,9	0,5	0,5	0,8	1,4
Indústria extrativa	0,0	0,0	0,0	1,2	1,1
Indústria de transformação	0,4	0,7	0,7	15,7	14,8
Eletricidade, água e gás	1,1	0,7	0,7	10,5	10,7
Construção	1,7	1,7	1,7	7,7	8,1
Comércio por grosso e a retalho, restauração e hotelaria	29,7	29,4	29,4	25,2	24,1
Transportes e comunicações	1,1	1,1	1,1	7,1	7,4
Seguros, serviços imobiliários e serviços às empresas	8,4	8,2	8,2	1,1	1,1
Outros serviços	56,7	57,8	57,8	30,7	31,5
Crédito malparado bruto/total de empréstimos	37,4	26,3	25,4	21,8	16,6	10,3	6,5	6,3
Provisões gerais/crédito malparado bruto	64,8	67,3	65,3	68,8	77,8	35,2	54,5	59,6
Crédito malparado líquido/total de empréstimos	17,4	10,5	10,6	8,0	4,2	2,1	3,4	2,8
Crédito malparado líquido/fundos próprios	694,6	-268,1	-680,0	-257,0	-145,7	16,7	12,0	10,2
Lucros e rentabilidade								
Custo médio dos créditos contraídos	1,6	1,7	0,8	1,2
Taxa de juro média dos empréstimos	10,2	8,7	10,2	9,7
Margem de juro média ¹	8,5	7,0	9,4	8,5
Rendibilidade média dos ativos após impostos (ROA)	-0,4	0,8	4,2	0,8	...	1,8	1,2	...
Rendib. média dos capitais próprios após impostos (ROE)	-10,8	17,2	79,6	9,9	...	13,8	9,4	...
Despesas não financeiras/produto bancário líquido	79,3	71,3	74,8	70,0
Despesas com pessoal/produto bancário líquido	33,8	28,6	30,9	31,8
Liquidez								
Ativos líquidos/total do ativo	15,0	19,6	18,9	17,3	25,0
Ativos líquidos/total de depósitos	25,3	32,7	35,9	30,4	45,5
Total de empréstimos/total de depósitos	89,1	102,5	106,5	83,6	98,6	92,5	103,8	99,5
Total de depósitos/total do passivo	59,4	59,9	52,6	56,9	55,0	39,4	43,0	46,5

Fonte: BCEAO.

¹ Excluindo o imposto sobre operações bancárias.

Tabela 6. Metas Quantitativas ao abrigo do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico
(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2021									
	Jun				Set				Dez	
	Pedido SMP	Meta ajustada	Efetivo	Situação	Pedido SMP	Meta ajustada	Efetivo ⁹	Situação	Pedido SMP	1. ^a aval.
Metas quantitativas¹										
Total da receita fiscal interna (piso)	38.2		41.8	Cumprido	62.8		70.7	Cumprido	87.9	93.5
Teto da dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central (milhões de USD) ²	0.0		0.0	Cumprido	0.0		0.0	Cumprido	0.0	
				Não				Não		
Novos atrasados de pagamentos externos (milhões de USD, teto) ²	0.0		0.5	cumprido ⁸	0.0		0.5	cumprido ⁸	0.0	
Novos atrasados internos (teto)	0.0		0.0	Cumprido	0.0		0.0	Cumprido	0.0	
Despesas sociais e prioritárias (piso) ³	27.2		27.6	Cumprido	38.7		42.3	Cumprido	50.1	
				Não						
Saldo primário interno (base de compromissos, piso) ⁴	-16.4	-17.7	-17.8	cumprido	-23.4	-25.4	-14.8	Cumprido	-15.4	-18.9
Despesas não tituladas (DNT, teto)	0.0		0.0	Cumprido	0.0		0.0	Cumprido	0.0	
<i>Por memória:</i>										
Apoio orçamental externo (milhões de USD) ⁵	1.8		0.0	...	1.8		0.0	...	6.9	6.8
Crédito bancário interno líquido ao governo central	23.4		11.0	...	53.6		11.2	...	42.2	15.8
Empréstimos concessionais para projetos (milhões de USD) ⁶	9.9		14.0	...	14.9		26.7	...	19.9	19.6
Saldo remanescente de garantias públicas ⁷	10.1		12.5	...	23.1		11.9	...	23.1	10.3

¹ As metas quantitativas são definidas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE).

² Aplicáveis numa base contínua.

³ Definido como despesa pelos Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Mulher, Família e Coesão Social e pelo Alto Comissariado para a Covid-19.

⁴ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD. Para ter em conta as despesas correntes com financiamento interno ligadas à vacinação contra a Covid-19 (parágrafo 11 do MTE), as metas do SMP para o final de junho e final de setembro (défices de 16,4 mil milhões de FCFA e 23,4 mil milhões de FCFA) foram ajustadas para menos em 1,3 mil milhões de FCFA e 2,0 mil milhões de FCFA, respetivamente. Os números efetivos para o final de junho e o final de setembro, bem como as projeções para o final de dezembro, foram atualizados para excluir o pagamento de salários em atraso incorridos em 2020 anteriormente contabilizados como despesas salariais em 2021. Para o final de dezembro, a meta proposta no pedido e primeira avaliação do SMP não leva em conta o fator de ajustamento.

⁵ Inclui donativos para apoio orçamental e empréstimos para programas (para apoio orçamental), excluindo desembolsos da RCF e o alívio da dívida do CCRT.

⁶ Incluem empréstimos para projetos com uma componente de donativos superior ou igual a 35%.

⁷ Todas as garantias estão denominadas em FCFA.

⁸ Os atrasados de 0,34 milhões de USD à Líbia e 0,11 milhões de USD ao Banco Islâmico de Desenvolvimento (BisD) foram acumulados por motivos técnicos. A transferência para a Líbia foi inicialmente rejeitada devido a problemas com os bancos correspondentes. O pagamento ao BisD sofreu atrasos devido a problemas na coordenação. Um montante residual (menos de 20.000 USD) era devido ao Banco Africano de Desenvolvimento. Todos os pagamentos pendentes foram realizados até ao final de novembro.

⁹ Com base em dados preliminares e estimativas.

Tabela 7. Guiné-Bissau: Indicadores de Referência Estruturais

Medidas	Fundamentação	Data	Situação atual
Gestão das finanças públicas			
Para: i) prosseguir as reuniões semanais do Comité do Tesouro sem interrupções;	Controlo da despesa	Contínuo	Cumprido
ii) emitir um despacho ministerial que define critérios claros para a priorização dos pagamentos em dinheiro por categoria de despesas para evitar atrasados (restos a pagar), após a respetiva data de vencimento.	Controlo da despesa	Fim de julho de 2021	Cumprido
Nomear uma equipa encarregue do projeto de implementação da CUT na Direção-Geral do Tesouro e Contabilidade Pública (DGTCP) por meio de uma carta de missão da DGTCP.	Controlo da despesa	Fim de setembro de 2021	Cumprido
Instituir a obrigatoriedade de autorização prévia do Ministro das Finanças para a abertura de qualquer conta bancária do Estado por meio de uma decisão do Ministério das Finanças.			
Identificar todas as contas bancárias do Estado solicitando separadamente informações aos bancos, ministérios setoriais e outras entidades públicas.			
Alterar o regime jurídico de contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos de contratos acima de um determinado limiar a ser definido.	Controlo da despesa/combate à corrupção	Fim de dezembro de 2021	Não cumprido. Reprogramado para o fim de março de 2022
Emitir um despacho executivo para terminar a contratação irregular de funcionários, o controlador financeiro exercer o controlo de todos os salários da função pública, incluindo os incentivos e os salários da Assembleia Nacional, e reconciliar os registos do pessoal e a folha de pagamentos.	Controlo da massa salarial	Fim de dezembro de 2021	Cumprido
Mobilização de receitas			
Aprovar em Conselho de Ministros e enviar à Assembleia Nacional:			
i) o Código Geral Tributário revisto e o Regime de Sanções Fiscais revisto e	Reforço do arcabouço tributário	Fim de julho de 2021	Cumprido
ii) a nova Lei do IVA.	Reforço do arcabouço tributário	Fim de dezembro de 2021	Cumprido
Implementar o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações eletrónicas e a realização de pagamentos através de <i>e-banking</i> e moeda eletrónica:			
i) fase piloto para um reduzido número de grandes contribuintes seguida de	Aumento das receitas	Fim de julho de 2021	Cumprido
ii) implementação completa.	Aumento das receitas	Fim de setembro de 2021	Não cumprido. Reprogramado para o fim de março de 2022
Aprovar pelo Conselho de Ministros e enviar à Assembleia Nacional a revisão do Código Aduaneiro.	Reforço do regime aduaneiro	Fim de setembro de 2021	Cumprido
Setor financeiro			
Preparar um relatório com a estratégia de saída de um banco sistémico subcapitalizado, incluindo uma avaliação financeira integral.	Estabilidade financeira	Fim de dezembro de 2021	Cumprido
Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e cálculos do corpo técnico do FMI.			

Anexo I. Matriz de Avaliação de Riscos¹

Natureza/Fontes de risco	Probabilidade relativa	Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal	Políticas para mitigar riscos
Riscos externos			
<p>Surtos locais de Covid-19 descontrolados e crescimento reduzido/volátil nos países afetados. Surtos nos países com atrasos na vacinação obrigam a novos confinamentos. Para muitos mercados emergentes e países de baixo rendimento, a resposta de políticas para atenuar o impacto económico encontra-se limitada pela falta de espaço para a formulação de políticas, com alguns países com acesso aos mercados a depararem-se com restrições financeiras adicionais à medida que a reavaliação das perspectivas de crescimento despoleta saídas de capitais, desvalorizações e incumprimentos de dívida.</p> <p>Ressurgimento da pandemia da Covid-19 a nível mundial. Os surtos locais conduzem ao ressurgimento da pandemia a nível mundial (porventura devido a variantes resistentes às vacinas) o que exige esforços de contenção dispendiosos e conduz a mudanças comportamentais persistentes que tornam muitas atividades inviáveis.</p>	Alta	Alto/CP	<ul style="list-style-type: none"> • Dar prioridade às despesas no setor da saúde e da proteção social. • Mobilizar donativos e empréstimos concessionais adicionais dos parceiros de desenvolvimento para cobrir as necessidades externas mais persistentes.
<p>Outros movimentos adversos dos preços da castanha de caju. Uma recuperação dos preços do produto de exportação dominante inferior à projetada prejudicaria a recuperação económica.</p> <p>Aumento dos preços das matérias-primas decorrentes dos acessos de volatilidade. Os preços das matérias-primas aumentam mais do que o esperado à luz de um dólar norte-americano enfraquecido, de procura acumulada e de perturbações na oferta pós-pandemia e, relativamente a alguns materiais, da aceleração dos planos para a adoção de energias renováveis. A incerteza em torno de cada um destes fatores conduz a acessos de volatilidade, sobretudo nos preços do petróleo.</p>	Média	Alto/CP	<ul style="list-style-type: none"> • A economia seria duramente afetada pelo aumento das perturbações no comércio de caju e na atividade empresarial em geral. • As receitas do setor privado ficam sob pressão, abalando a atividade económica. • As receitas públicas diminuem ainda mais, deixando menos margem para despesas prioritárias. • Problemas na balança de pagamentos decorrentes da deterioração da conta corrente. • Controlar as despesas públicas para compensar a diminuição das receitas. • Preservar as despesas sociais orientadas para os mais vulneráveis. • Intensificar os esforços de diversificação.

¹ A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajetória de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspetiva do corpo técnico do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjetiva do corpo técnico do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo dos 10%; "média" = probabilidade entre os 10% e 30% e "alta" = probabilidade entre os 30% e 50%). A MAR reflete a opinião do corpo técnico sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. Os choques e o cenário conjunturais salientam os riscos que podem materializar-se num horizonte mais curto (entre 12 e 18 meses), tendo em conta o cenário de base atual. Os riscos estruturais são os que provavelmente continuarão a ser significativos num horizonte mais alargado.

Natureza/Fontes de risco	Probabilidade relativa	Impacto esperado caso se concretize/horizonte temporal	Políticas para mitigar riscos
Riscos internos			
<p>Deficiências persistentes nas empresas públicas. A Electricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB), em particular, tem constituído um problema de longa data.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Moderado/CP</p> <ul style="list-style-type: none"> Fornecimento limitado e oneroso de eletricidade e água. Passivos contingentes que acrescem às pressões orçamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> Implementar uma estratégia credível para melhorar a gestão das empresas públicas. Melhorar a governação, a transparência e a prestação de contas.
<p>Instabilidade bancária, resultante de um elevado nível de crédito malparado e da subcapitalização dos bancos.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Alto/MP</p> <ul style="list-style-type: none"> A concessão limitada de crédito prejudica o investimento e o crescimento. Potenciais passivos contingentes que acrescem às pressões orçamentais. 	<ul style="list-style-type: none"> Intensificar a supervisão bancária e aplicar a regulamentação prudencial. Melhorar os processos e procedimentos de cobrança de dívidas e de garantias.
<p>Descontentamento social generalizado e instabilidade política. As tensões sociais eclodem à medida que o fim das políticas de apoio relacionadas com a pandemia dão origem a desemprego e, num contexto de aumento dos preços dos bens de primeira necessidade, afetam os grupos vulneráveis (muitas vezes exacerbando as desigualdades socioeconómicas preexistentes).</p>	Alta	<p style="text-align: center;">Alto/CP, MP</p> <ul style="list-style-type: none"> Atraso no ajustamento orçamental. A entrada limitada de financiamento atrasa os projetos de investimento. Perturbações no abastecimento e menor confiança. 	<ul style="list-style-type: none"> Melhorar as políticas sociais direcionadas e reforçar as redes de segurança social. Evitar a supressão precoce dos incentivos fiscais e financeiros que apoiam as famílias e as empresas afetadas pela pandemia. Melhorar a governação, a transparência e a prestação de contas e combater a corrupção.
<p>A maior frequência e gravidade das catástrofes naturais relacionadas com as alterações climáticas provocam enormes prejuízos económicos às economias mais pequenas suscetíveis a perturbações e aceleram a emigração destas economias. Uma sequência de eventos graves nas grandes economias reduz o PIB mundial e leva a um novo cálculo das perspetivas de risco e crescimento. As catástrofes que afetam as principais infraestruturas ou perturbam o comércio fazem aumentar os preços das matérias-primas e a volatilidade.</p>	Média	<p style="text-align: center;">Alto/CP, MP</p> <ul style="list-style-type: none"> A produção de caju é prejudicada, deteriorando os meios de subsistência das populações nas zonas rurais e exacerbando a pobreza extrema e as desigualdades. Despesas de recuperação mais elevadas, custos de financiamento superiores e menos receitas. Perturbações no abastecimento e menos confiança. 	<ul style="list-style-type: none"> Colmatar os défices em matéria de infraestruturas e as disparidades regionais de rendimento/ desenvolvimento, instituindo, simultaneamente, redes de segurança social apropriadas. Promover o investimento em infraestruturas resilientes às alterações climáticas.

Anexo II. Medidas Adotadas em Matéria de Governação e Corrupção

Medidas adotadas	Data
Adotar uma política aduaneira firme contra casos de subavaliação caracterizada e aplicar sanções progressivas.	Continua desde 2020
Publicar o relatório de diagnóstico sobre o reforço da governação e do quadro de combate à corrupção.	Junho de 2020
Criar uma comissão para eliminar os incentivos salariais injustificados aos funcionários públicos.	Julho de 2020
Publicar informação selecionada de alguns contratos de compras relacionados com a Covid-19. ¹	Continua desde agosto de 2020
Revogar as alterações introduzidas na Lei do Orçamento de 2015 ao IGV e ao Código de Investimento.	Setembro de 2020
Aprovar pela Assembleia Nacional e promulgar pelo Presidente o orçamento de 2020.	Setembro de 2020
Reformular e retomar os controlos aduaneiros dos fluxos de importações por via terrestre.	Outubro de 2020
Emitir um despacho ministerial que autorize a apresentação de declarações do IGV por via eletrónica.	Outubro de 2020
Aprovar pela Assembleia Nacional e promulgar pelo Presidente o orçamento de 2021.	Dez 2020/jan 2021
Reforçar o procedimento geral de desalfandegamento.	Continua desde janeiro de 2021
Reinstituir o Comité do Tesouro por meio de despacho ministerial.	Fevereiro de 2021
Aprovar no Conselho de Ministros os decretos relativos à criação de um Comité Nacional de Política de Endividamento; estabelecer a organização e regular o funcionamento da Direção-Geral da Dívida Pública e emissão e gestão da dívida.	Junho de 2021
Lançar o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações eletrónicas e a realização de pagamentos através de <i>e-banking</i> e moeda eletrónica.	Junho de 2021
Definir prioridades de despesas no contexto da execução do orçamento de 2021, por despacho ministerial.	Julho de 2021
Instituir limites de gastos por rubrica do orçamento.	Julho de 2021
Aprovar e enviar à Assembleia Nacional uma versão revista do Código Geral Tributário e uma versão revista do Regime de Sanções Fiscais pelo Conselho de Ministros.	Julho de 2021
Aprovar e enviar à Assembleia Nacional um estatuto modernizado do Imposto Geral sobre Vendas (IGV) pelo Conselho de Ministros.	Julho de 2021
Fonte: Autoridades da Guiné-Bissau.	
¹ Estas informações encontram-se disponíveis no sítio Web do Alto Comissariado: https://www.accovid-gw.org/relat%C3%B3rios	

Anexo III. Potenciar a Digitalização para Combater a Corrupção, Aumentar a Mobilização de Receitas e Reforçar o Controlo da Massa Salarial

A. Contexto

1. A digitalização constitui uma oportunidade para combater a corrupção de forma mais eficiente, promovendo a transparência e prestação de contas.¹ A este respeito, vários países na África Subsariana adotaram nos últimos anos instrumentos digitais de administração fiscal que diminuem a burocracia e ajudam a combater a corrupção, reduzindo as oportunidades de suborno. Além disso, a pandemia da Covid-19 acentuou a necessidade crucial da digitalização para o reforço da administração tributária.

2. A solução baseada na *blockchain* apresenta várias características distintivas que a tornam num instrumento poderoso para combater a corrupção. Proporciona um nível inédito de segurança das informações e de integridade dos registos geridos pela tecnologia, garantindo a autenticidade das informações. Reduz as hipóteses de falsificação dos registos e os riscos associados à concentração da gestão dos dados num único ponto.

3. À luz deste contexto, as autoridades aproveitaram a AT do FMI para melhorar a administração fiscal e reforçar o controlo da despesa através da digitalização. Estes esforços incluem: i) o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações eletrónicas e a realização de pagamentos através de *e-banking* e dinheiro móvel e ii) a solução de *blockchain* para apoiar o controlo da massa salarial. Estes projetos também contribuiriam para aumentar a transparência orçamental e combater a corrupção.

B. Kontaktu: Aumentar a mobilização de receitas através da entrega e do pagamento de declarações de impostos por via eletrónica

4. Principais objetivos e características. As autoridades lançaram o sítio Web do produto viável mínimo (PVM) para a entrega e o pagamento de declarações de impostos por via eletrónica. Desenvolvido pelo FMI,² o PVM foi concebido como uma ferramenta genérica para diversos países de baixos rendimentos e com poucas capacidades, sendo que pode ser implementado noutros países que se deparam com desafios similares. As principais características incluem:

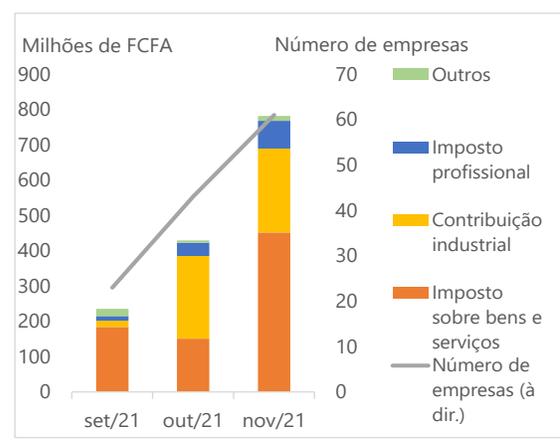
¹ FMI (2020), [Perspetivas Económicas Regionais: África Subsariana, Capítulo 3](#). Abril de 2020. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.

² Uma missão de desenvolvimento de capacidades do FMI/FAD desenvolveu o PVM como plataforma de referência para a entrega e o pagamento de declarações fiscais por via eletrónica. O código-fonte e os manuais foram entregues às autoridades, para que possam: i) adotar a solução, ii) mudar partes da mesma, iii) desenvolver outros módulos, aprimorando as capacidades do PVM em versões futuras. As autoridades decidiram implementar o PVM na sua forma original.

- O [Kontaktu](#) é uma solução multilingue³ e de código aberto, com algumas capacidades de aprendizagem automática de maneira a assegurar a escalabilidade para outros países e impostos atuais e futuros, sem que sejam necessários novos desenvolvimentos.
- Permite que os contribuintes entreguem as declarações fiscais por via eletrónica e paguem as suas dívidas por meio de serviços de banca eletrónica ou telecomunicações (dinheiro móvel).
- É possível aceder ao PVM por computador e smartphone. A plataforma inclui painéis de bordo de gestão, que permitem fazer o cruzamento dos dados a fim de aumentar o cumprimento e a transparência em matéria tributária.
- Comunicação da administração tributária com os contribuintes através de email e telemóvel para reduzir a necessidade de interações presenciais no contexto da pandemia.
- Uma base de dados eletrónica com a legislação fiscal foi disponibilizada pela primeira vez na Guiné-Bissau.
- Pode ser alojada nos servidores das instalações da administração tributária em nuvens comerciais.

5. Progresso. Sendo uma das principais reformas estruturais em matéria de mobilização de receitas, o sistema Kontaktu para o preenchimento e o pagamento de declarações fiscais por via eletrónica já está em funcionamento para um pequeno número de contribuintes (fase piloto), prevendo-se que a solução seja alargada a todos os grandes contribuintes (Figura 1 do texto). A implementação integral do sistema foi reescalada do final de dezembro de 2021 para o final de março de 2022, de modo a garantir uma boa transição tendo em conta a pandemia e as limitações em termos de capacidades, permitindo que seja dada formação aos utilizadores, seja garantido o acesso permanente à internet e seja realizada uma campanha de comunicação.

Figura 1 do texto 1. Número de empresas e receitas arrecadadas no sistema Kontaktu



C. Blockchain: reforçar o controlo da massa salarial através de tecnologia inovadora

6. Principais objetivos e características. Tendo sido um dos vencedores do desafio global sobre governação/anticorrupção que o FMI organizou em 2020⁴, este projeto visa i) gerar

³ Disponível em inglês, português, francês e crioulo (dialeto local). Kontatku significa "contacto" em crioulo.

⁴ A equipa do FMI chegou a acordo com as autoridades para a apresentação de uma proposta para reforçar a transparência da gestão da massa salarial. A tecnologia de *blockchain* é providenciada pela Ernst and Young (EY).

informações em tempo real sobre o emprego e os pagamentos de salários e incentivos, ii) manter registos fiáveis e oportunos e iii) melhorar a transparência das informações, reduzir os incentivos à corrupção e responsabilizar mais os funcionários. Será um complemento aos sistemas existentes de gestão de informações financeiras e de processamento de salários. As principais características incluem:

- Outras ferramentas de análise que podem ser adicionadas à solução de *blockchain*, como modelos forenses e análises preditivas. Tal possibilita a monitorização e o relato contínuos para além do âmbito da solução proposta – em áreas como a gestão do pessoal – a fim de identificar riscos de corrupção.
- A implementação deste projeto poderia, numa primeira fase, ser alargada a todos os ministérios e, numa fase seguinte, a outras áreas do setor público (por exemplo, sistema judicial, registos prediais e comerciais, contratação pública, investimento público, alfândegas, segurança social e saúde). A implementação bem-sucedida irá demonstrar que é possível dar este salto em Estados frágeis.

Progresso. O arranque da implementação está previsto para janeiro de 2022 no Ministério das Finanças. Estão a ser ultimados os preparativos finais nos quadros institucional e jurídico para possibilitar o apoio dos doadores.

Este projeto é conduzido pelas autoridades, com o apoio do FMI em colaboração com a EY e o PNUD. Ver <https://imfilab.brightidea.com/D394>.

Anexo IV. Tratamento e Uso do Aumento da Alocação de DSE Proposta

A. Contexto

1. A Guiné-Bissau recebeu uma alocação de 27,2 milhões de DSE (21,6 mil milhões de FCFA), isto é, cerca de 96% da quota. Os atuais haveres em DSE eram 59,6 milhões de DSE em compras pendentes e 32,52 milhões de DSE em empréstimos no final de dezembro de 2021. A quota da Guiné-Bissau situa-se em 28,4 milhões de DSE. A última alocação de DSE (12,4 milhões de DSE, em 2009) foi utilizada para pagar atrasados internos.

B. Tratamento contabilístico

2. De acordo com as mais recentes orientações contabilísticas, as reservas internacionais líquidas (RIL) deverão aumentar, como resultado da alocação de DSE. A alocação de DSE não terá qualquer impacto na posição externa líquida porque tanto os ativos externos como os passivos externos aumentam. Contudo, como a alocação de DSE é tratada como um passivo cambial a longo prazo, resultará num aumento das RIL porque o passivo a longo prazo está excluído da definição de RIL. A posição de DSE é apresentada no balanço do BCEAO. O banco central regional segue esta convenção.

C. Custo da utilização de haveres em DSE

3. A nova alocação de DSE foi transferida pelo BCEAO por meio de uma operação de recompra de moeda. A operação no valor de 21,6 mil milhões de FCFA tem uma maturidade a 20 anos com uma taxa de juro fixa de 0,05% em FCFA, com um pagamento único no final do período.¹ Na data de vencimento, esta operação poderá ser renovada por um período de 20 anos a uma taxa de juro indexada à taxa de juro dos DSE.² Esta operação será considerada dívida interna na Análise da Sustentabilidade da Dívida.

D. Utilização da alocação

4. O corpo técnico apoia a utilização do empréstimo de retrocessão para amortizar dívida não concessional e/ou financiar despesa essencial para suprir o défice de financiamento ao abrigo do SMP, evitando ao mesmo tempo retardar a trajetória prevista de ajustamento orçamental.

¹ A decisão foi tomada pelos Governadores do BCEAO a 20 de agosto de 2021.

² A taxa de juro em DSE é uma média ponderada das taxas de juro a 3 meses da dívida nos mercados monetários das cinco divisas no cabaz do DSE (o dólar norte-americano, o iene japonês, o euro, a libra esterlina e o renminbi chinês) e é ajustada semanalmente. A atual taxa de juro em DSE é muito baixa, em termos históricos, dado que a taxa de juro média em DSE ao longo dos últimos 30 anos foi 5,5%.

- Reembolso da dívida dispendiosa. O empréstimo de retrocessão do BCEAO é em condições concessionais e constitui uma fonte alternativa de financiamento, tendo em conta as dificuldades em mobilizar apoio dos doadores em 2021, a outras alternativas mais dispendiosas, como a contração de dívida junto de alguns bancos regionais de desenvolvimento (financiamento de projetos) e a emissão de bilhetes de Tesouro de curto prazo no mercado regional. As autoridades procederam ao reembolso antecipado do serviço da dívida ao BOAD, tanto de juros como de capital a vencer durante setembro de 2021 e dezembro de 2022, num montante de 16,8 mil milhões de FCFA. O corpo técnico calcula que a operação de gestão da dívida poderá poupar até 3,4 mil milhões de FCFA em pagamentos de juros até 2026.
- Resposta de emergência e reforço da resiliência económica. As autoridades alocaram os recursos restantes, cerca de 4,8 mil milhões de FCFA, para suprir o défice de financiamento orçamental de 2021³ e apoiar a resposta de emergência e a recuperação da pandemia, incluindo um plano para vacinar 1,4 milhões de pessoas até ao final do primeiro trimestre de 2022. Em coordenação com os doadores, a Guiné-Bissau também preparou um plano nacional de vacinação, que arrancou em abril de 2021 usando as vacinas da AstraZeneca. Até à data foram entregues 882.970 doses de vacinas (AstraZeneca, Johnson & Johnson e Sinopharma) fornecidas pela União Africana, a iniciativa COVAX, Senegal, Portugal, Suécia, China e Estados Unidos. A campanha de vacinação da Covid-19 visa abranger 50% da população-alvo até ao final de março de 2022. O custo operacional da campanha de vacinação é suportado pelo Governo, exceto um donativo de 1 milhão de USD da GAVI.

5. O corpo técnico recomenda que as autoridades sigam as melhores práticas internacionais em termos de governação e transparência na utilização e no registo contabilístico da alocação de DSE. Estas incluem: i) qualquer flexibilização orçamental deve ser coerente com um quadro credível e sustentável a médio prazo, ii) os recursos devem ser usados para financiar despesa de elevada qualidade em linha com os melhores princípios em matéria de governação e iii) todas as despesas e o respetivo financiamento devem ser registadas de forma transparente no orçamento, em conformidade com o Código de Transparência Fiscal do FMI.

³ O [Relatório do Corpo Técnico no âmbito do SMP \(Relatório n.º 21/172\)](#) indica um défice de financiamento orçamental estimado em 11 mil milhões de FCFA.

Apêndice I. Carta de Intenções

Bissau, 7 de fevereiro de 2022

Exma. Sra. Kristalina Georgieva
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C. 20431
EUA

Exma. Sra. Diretora-Geral,

Após o país ter sido gravemente afetado pelo choque negativo nos termos de troca em 2019 e pela pandemia global da Covid-19, as condições económicas em 2021 continuam a melhorar graças ao aumento das exportações da castanha de caju, ao investimento público financiado com recursos externos em infraestruturas críticas, às novas medidas para conter a terceira vaga da pandemia em agosto e a uma maior confiança das empresas associada a uma situação política mais estável. A campanha de vacinação da Covid-19 prossegue e pretendemos vacinar 50% da população-alvo até ao final de março de 2022.

O Governo da Guiné-Bissau está empenhado em implementar um ambicioso programa de reformas apoiado pelo Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico (SMP, na sigla em inglês) e incentivado pelo apoio da comunidade internacional, incluindo do FMI, através da Linha de Crédito Rápido (RCF) aprovada em janeiro de 2021 e da alocação especial de DSE em agosto de 2021. A implementação destas políticas apoiam a recuperação da pandemia, incluindo através da consolidação da governação e da transparência orçamental. Foi reforçada a mobilização de receitas e foi evitada a acumulação de novos atrasados internos e o recurso a empréstimos em condições não concessionais.

Incentivados pela contenção da terceira vaga da Covid-19 e a recuperação em curso, estamos a concentrar os nossos esforços na implementação eficaz das políticas para criar o espaço orçamental necessário para apoiar a despesa prioritária e renovar as infraestruturas públicas, ao mesmo tempo que reforçamos a estabilidade macroeconómica e garantimos a sustentabilidade da dívida. Estamos confiantes que estas políticas irão lançar as bases para promover um crescimento inclusivo e mobilizar recursos junto dos doadores internacionais para sustentar o nosso plano nacional de desenvolvimento.

Acreditamos que a implementação dos compromissos de governação previstos no SMP irá contribuir para atender à fragilidade do Estado, melhorar as capacidades de mobilização de receitas e controlo da despesa, assim como aumentar a transparência, prestação de contas e eficiência das finanças públicas.

Em novembro, preparámos e enviámos para a Assembleia Nacional a proposta de OGE para 2022 em linha com os objetivos do SMP, sendo que a Assembleia Nacional aprovou o OGE no início de dezembro. Estamos empenhados em reduzir o défice primário interno através de uma forte mobilização das receitas por via de novos impostos, de uma melhor administração da receita, do reforço do controlo da despesa e da gestão prudente da dívida. O nosso objetivo é prosseguir uma trajetória de consolidação orçamental que nos aproxime dos critérios regionais da UEMOA a médio prazo e dar resposta às vulnerabilidades da dívida para estabelecer antecedentes sólidos a fim de solicitarmos um acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF) em 2022.

Cumprimos seis das sete metas quantitativas para o final de setembro e todos os indicadores de referência estruturais ao abrigo do SMP, exceto um. O IRE relativo à não acumulação de atrasados de pagamentos externos não foi cumprido por um pequeno montante. Os atrasados para com a Líbia e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD) incorridos por motivos técnicos em junho foram regularizados em outubro e novembro, enquanto um montante residual devido ao Banco Africano de Desenvolvimento no final de setembro foi regularizado em novembro. Cumprimos três dos quatro indicadores de referência estruturais para o final de setembro. A este respeito, a implementação integral da solução Kontaktu em todos os grandes contribuintes até ao final de setembro não foi cumprida e será adiada para o final de março, a fim de garantir uma boa transição, permitir que seja dada formação aos utilizadores e seja realizada uma campanha de comunicação.

Perspetivando o futuro, pretendemos consolidar as políticas e as reformas adotadas durante o SMP, garantindo a sua implementação efetiva.

- **Política orçamental.** Observámos o prazo legal para o envio do OGE para a Assembleia Nacional pelo segundo ano consecutivo. O OGE aprovado para 2022 está alinhado com o quadro do SMP em termos de défice global e défice primário interno, incluindo o reforço da mobilização de receitas, a racionalização dos salários e ordenados, as despesas em bens e serviços e as outras despesas, e a realocação de recursos para apoiar despesas prioritárias. Estamos empenhados em aplicar as cobranças fiscais, exercer um controlo rigoroso sobre a execução orçamental, evitando a acumulação de atrasados e autorizando endividamento externo consentâneo com a sustentabilidade da dívida. Para reforçar a gestão da dívida e melhorar a eficiência da futura despesa pública, tencionamos rever o quadro de gestão da dívida, a Conta Única do Tesouro, a política da massa salarial, a gestão do investimento público e a supervisão do setor empresarial do Estado, com assistência técnica do Banco Mundial e do FMI.

Reformas no domínio da governação. Assumimos o compromisso de concluir a implementação das salvaguardas de governação da RCF relativas à despesa Covid-19. Estas medidas de governação e transparência têm como objetivo assegurar que as dotações orçamentais relacionadas com a Covid-19 são gastas de forma adequada e de acordo com os compromissos da RCF desembolsada em janeiro. Tal implica a realização de uma auditoria independente às despesas Covid-19, a ser realizada pelo Tribunal de Contas com apoio de um auditor externo. O respetivo relatório será publicado juntamente com os relatórios de despesa habituais, os contratos públicos incluindo os nomes das entidades às quais foram adjudicados contratos públicos e as informações sobre os beneficiários efetivos, assim como os relatórios *ex post* sobre validação da entrega de bens e

serviços. Para dar base legal para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos das entidades às quais são adjudicados contratos públicos, estamos a preparar uma alteração ao regime jurídico da contratação pública que deverá ser adotada pelo Governo durante o primeiro trimestre de 2022. De igual modo, estamos a preparar uma proposta legislativa para proceder à reforma do regime de declaração de ativos a fim de combater a corrupção. A assistência técnica do FMI está a apoiar o trabalho em ambas as áreas.

O Governo usou a última alocação de DSE no valor de 38,4 milhões de USD para apoiar as despesas relacionadas com a Covid-19, incluindo a vacinação e a melhoria dos serviços de saúde, assim como para reforçar a sustentabilidade da dívida mediante a amortização de dívida não concessional que vence no final de 2021 e 2022.

As políticas e as ações enunciadas no Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) em anexo descrevem os entendimentos alcançados com o corpo técnico do FMI durante a missão de avaliação realizada entre 30 de novembro e 13 de dezembro, que consideramos necessários para alcançar os objetivos do nosso programa. Nesta base, solicitamos a conclusão da segunda avaliação do SMP. Estamos preparados para adotar mais medidas para alcançar os objetivos do programa, se necessário, em estreita articulação com o corpo técnico do FMI. Também iremos prestar, de forma atempada, as informações para monitorização da evolução económica e da implementação das políticas definidas no programa, conforme acordado ao abrigo do Memorando Técnico de Entendimento (MTE) em anexo ou mediante pedido do corpo técnico.

Em linha com o nosso compromisso para com a transparência, autorizamos o FMI a publicar a presente Carta de Intenções, juntamente com o MPEF e o MTE em anexo, assim como o Relatório do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI.

Atenciosamente,

/s/

João Alage Mamadú FADIA

Ministro das Finanças
Guiné-Bissau

Anexos: - Memorando de Políticas Económicas e Financeiras.
- Memorando Técnico de Entendimento.

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras

Contexto

1. Após uma transição pacífica de poder no início de 2020, o nosso país continua a ser gravemente afetado pela pandemia global da Covid-19. O Governo está a tomar medidas para responder a este choque grave, aumentando as despesas de saúde e aplicando medidas de contenção e mitigação, ao mesmo tempo que está empenhado em reforçar a transparência das despesas relacionadas com a Covid-19. O Estado de Calamidade decretado em agosto e os esforços no domínio da vacinação impediram a propagação da terceira vaga de infeções. O combate à pandemia beneficiou do desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF) providenciado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em janeiro de 2021, que serviu para catalisar os recursos urgentemente necessários junto dos parceiros internacionais para apoiar a resposta de emergência e a recuperação da pandemia. A recente alocação especial de DSE também contribuiu para estes esforços.

2. O financiamento pleno do plano nacional de vacinação carece de mais apoio dos doadores. O número de pessoas infetadas aumentou (à data de final de dezembro, tínhamos 6499 casos confirmados e 149 mortes). Até ao final de dezembro, cerca de 260.000 pessoas tinham a vacinação completa, ou seja, 35% da população-alvo (70% da população com mais de 18 anos, isto é, aproximadamente 683.147 pessoas). Até à data foram entregues 882.970 doses de vacinas (AstraZeneca, Johnson & Johnson e Sinopharma) fornecidas pela União Africana, a iniciativa COVAX, Senegal, Portugal, Suécia, China e Estados Unidos. A campanha de vacinação da Covid-19 visa abranger 50% da população-alvo até ao final de março de 2022. O custo operacional da campanha de vacinação é suportado pelo Governo, exceto um donativo de 1 milhão de USD da GAVI. O défice de financiamento para a campanha de vacinação situa-se em 4,2 milhões de USD para 2021–2022.

3. O Governo permanece empenhado em prosseguir reformas para assegurar a estabilidade macroeconómica, reforçar a proteção social e melhorar a governação. O Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico está a apoiar o plano de consolidação orçamental no OGE de 2021 e a formulação do OGE de 2022. O sucesso do SMP também depende do respeito dos firmes compromissos em matéria de governação que se destinam a reforçar a transparência, prestação de contas e eficiência das finanças públicas. Neste sentido, o nosso desempenho visa lançar as bases para assegurar uma maior consolidação orçamental que nos aproxime mais dos critérios da UEMOA e dar resposta às vulnerabilidades da dívida, assente em antecedentes sólidos para solicitar um acordo ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF).

Evolução macroeconómica recente

4. Não obstante os efeitos da pandemia, o crescimento deverá melhorar em 2021. Os dados preliminares do final de setembro sugerem uma melhoria da situação económica. O PIB deverá crescer 3,8% como resultado do aumento dos preços e dos volumes da exportação de

castanha de caju, do investimento público em infraestruturas críticas com financiamento externo, da supressão gradual das medidas de contenção e da melhoria da confiança das empresas associada a uma situação política mais estável. A inflação média deverá acelerar para 3% por comparação com 1,5% em 2020, refletindo as pressões dos preços dos produtos importados e dos preços dos transportes.

5. A produção de castanha de caju deverá alcançar máximos históricos em 2021, com repercussões positivas nas contas orçamental e externa, bem como na atividade económica.

As exportações de castanha de caju contribuíram para a melhoria da conta externa e proporcionaram o tão necessário rendimento extra a, pelo menos, 500.000 agregados familiares pobres produtores de castanha de caju. Tal deve-se, em parte, às medidas introduzidas pelo Governo em 2020 para conceder financiamento ao setor da castanha de caju desde o início da pandemia. As exportações de castanha de caju (em valor) deverão crescer 47,2% em relação ao ano anterior. Como resultado, antecipamos uma redução no défice de conta corrente. No setor orçamental, as receitas apresentaram um sólido desempenho no terceiro trimestre de 2021, acompanhando a retoma económica e a melhoria da mobilização de receitas. Apesar do aumento das despesas, em parte devido às medidas relacionadas à Covid-19, verificou-se uma melhoria do saldo primário interno.

6. As medidas relacionadas com a pandemia implementadas pelo BCEAO (o banco central regional) ajudaram a apoiar o crédito.

A orientação acomodatória do BCEAO tem apoiado a liquidez do sistema bancário e o crédito à economia deverá acelerar em 2021. A situação do setor bancário, excluindo um banco sistémico subcapitalizado, é adequada com base nos indicadores de solidez financeira de setembro de 2021, mas a continuação da dependência do apoio de liquidez do BCEAO pode ser um sinal de estrangulamentos crónicos de liquidez. A baixa capitalização e o elevado nível de crédito malparado de um banco subcapitalizado representam uma vulnerabilidade importante, apesar do elevado nível de provisões. Este banco recuperou parte do crédito malparado no final de 2020 e encontra-se neste momento à procura de investidores estratégicos, com o apoio de um consultor externo.¹

7. A posição orçamental deverá melhorar em 2021, mas o stock da dívida pública deverá aumentar ligeiramente.

Prevê-se um aumento das receitas fiscais em 2021. Tal consubstancia um ritmo considerável de consolidação orçamental, embora mais lento do que o esperado, refletindo um aumento da despesa em medidas relacionadas com a Covid-19 e nos setores sociais prioritários. O défice orçamental global (incluindo donativos numa base de compromisso) deverá cair para 5,4% do PIB, o que compara com 10% do PIB em 2020. O stock da dívida pública deverá subir 0,8% do PIB em 2021 devido à desvalorização do euro em relação ao dólar e ao reescalamento da regularização dos atrasados antigos. Contudo, o stock da dívida deverá iniciar uma trajetória descendente em 2022 e convergir com o critério da UEMOA de 70% do PIB até 2026.

¹ O banco sistémico subcapitalizado detém cerca de 40% dos depósitos e é o que conta com o maior número de sucursais no país. Foi recuperado cerca de 10% do total do crédito malparado do banco.

8. A posição externa deverá melhorar. O défice comercial deverá descer de 14,1% em 2020 para 13,1% do PIB em 2021. Uma recuperação significativa nos preços e nos volumes de exportação de castanha de caju deverá gerar uma subida de 47,2% no valor das exportações de castanha de caju.² Como resultado, o défice de conta corrente deverá situar-se em 4,3% do PIB. Do lado do financiamento, prevê-se uma recuperação das entradas de capitais após a queda registada em 2020. A alocação de DSE de agosto de 2021 contribuiu para suprir o défice de financiamento externo e permitiu que as autoridades procedessem ao reembolso antecipado do serviço da dívida não concessional ao BOAD, o banco regional de desenvolvimento.

Desempenho ao abrigo do SMP

9. A recuperação do ambiente económico externo contribuiu para a melhoria do desempenho orçamental, o que possibilitou que o Governo cumprisse seis metas quantitativas para o final de setembro (Tabela 1). A mobilização de receitas registou uma melhoria, com as receitas fiscais internas a superarem em mais de 12,5% a MQ. Tal contribuiu para a melhoria do saldo primário interno, que suplantou em 10,6 mil milhões de FCFA (1,2 pontos percentuais do PIB) a MQ ajustada. O controlo da despesa e a política de endividamento ajudaram a evitar a acumulação de novos atrasados internos e o recurso a empréstimos não concessionais e despesas não tituladas (DNT). De igual modo, a meta quantitativa relativa ao piso das despesas prioritárias foi superada em mais de 9,2%. Acumulámos 0,5 milhões de USD em atrasados de pagamentos externos e efetuámos diligências para resolver os mesmos (parágrafo 17).

10. Cumprimos todos os indicadores de referência estruturais (IRE), exceto um, para setembro e cumprimos um IRE para dezembro (Tabela 2).

- **Controlo da despesa.** O Comité do Tesouro continuou a reunir semanalmente sem interrupções. Além disso, foi nomeada uma equipa incumbida de implementar a CUT na Direção-Geral do Tesouro e Contabilidade Pública (DGTCP), é obrigatória a autorização prévia do Ministro das Finanças para a abertura de contas bancária do Estado e todas as contas bancárias do Estado foram identificadas até ao final de setembro.
- **Reforço dos regimes fiscais e aduaneiros e da administração tributária.** O Conselho de Ministros aprovou e enviou para a Assembleia Nacional um novo Código Geral Tributário, um Regime de Sanções Fiscais, juntamente com uma nova Lei do IVA (IRE para o final de dezembro de 2021) e um Código Aduaneiro revisto (IRE para o final de setembro de 2021). Estas reformas, que têm como objetivo o reforço do quadro fiscal, constituirão uma base comum para a administração de todos os impostos – independentemente dos tipos de impostos – promoverão a justiça e o entendimento, assim como melhorarão o regime fiscal através do alargamento da base fiscal do imposto sobre as vendas, da alteração do comportamento dos operadores e do aumento do cumprimento das obrigações. Além disso, para reforçar a administração tributária, o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações e a realização de pagamentos

² Problemas logísticos estão a provocar atrasos nas exportações, mas as autoridades esperam que os mesmos estejam resolvidos no prazo de um ano.

eletrónicos está disponível para um pequeno número de contribuintes e foram registados progressos no sentido da implementação integral do sistema. A este respeito, reprogramámos a implementação integral do sistema do final de dezembro de 2021 para o final de março de 2022, a fim de garantir uma boa transição, a formação dos utilizadores e a realização de uma campanha de comunicação. Com o contínuo aconselhamento de AT, a administração alfandegária está a tomar medidas para colmatar as lacunas em funções essenciais e aumentar a mobilização de receitas, incluindo através de um procedimento de desalfandegamento moderno, do controlo dos valores das importações e da luta contra o contrabando e o abuso das isenções.

A. Medidas de consolidação orçamental

11. O Governo está empenhado em implementar as seguintes medidas para contribuir para a mobilização de receitas internas, a racionalização da despesa e a não contração de financiamento não concessional dispendioso:

- **Medidas fiscais e não fiscais.** As principais medidas já adotadas incluem um novo imposto sobre telecomunicações e um novo imposto sobre renda do trabalho, acompanhadas de ações para reforçar o cumprimento das obrigações fiscais, incluindo a adoção de novos decretos e despachos ministeriais a fim de consolidar os procedimentos de controlo interno da Direção-Geral das Contribuições e Impostos.³ Com o apoio de AT do FMI, o Governo deu passos para mobilizar receitas e reduzir os pontos de contacto entre os contribuintes e a administração tributária através do lançamento, em 2021, de um sítio Web para a entrega e o pagamento de declarações fiscais por via eletrónica. Além disso, a AT do FMI no primeiro trimestre de 2022 irá apoiar o reforço da cobrança do imposto sobre as telecomunicações em 2022. Contudo, a arrecadação fiscal ficou aquém das expectativas em outubro devido às perturbações no setor do transporte marítimo de contentores e aos diferendos em curso relativamente ao volume tributável dos serviços no setor das telecomunicações. Estamos a tomar medidas para que a concretização das metas quantitativas do final de dezembro não seja comprometida.
- **Controlo da despesa e massa salarial.** Adotámos medidas de contenção da despesa, incluindo: i) a racionalização da massa salarial através da suspensão de novas contratações; ii) a suspensão de todas as missões oficiais; iii) a limitação das despesas fiscais não concedendo isenções fiscais e aduaneiras, em especial sobre o combustível. Esta medida não se aplica a embaixadas e organizações internacionais; iv) a suspensão dos novos projetos de infraestruturas, excetuando nos setores prioritários; e v) a limitação das aquisições de bens e serviços apenas àqueles associados a funções essenciais. Continuamos a aplicar medidas de controlo da despesa, incluindo a utilização de tecnologia de *blockchain* com o apoio do FMI para auxiliar na reconciliação dos registos do pessoal e da folha de pagamentos. Iniciámos conversações relativas à reforma da administração pública e este projeto irá ajudar a avaliar com precisão a

³ O imposto sobre telecomunicações abrange os seguintes serviços: tráfego de chamadas, serviços de mensagens instantâneas, serviços de mensagens de voz ou de texto, serviços de publicidade e informação, serviços de dados móveis, serviços de conexão e acesso à internet. O recentemente introduzido “imposto de democracia” é liquidado conjuntamente com o imposto profissional.

dimensão do nosso serviço público. O restabelecimento do Comité do Tesouro também deve contribuir para a melhoria do controlo da despesa. Além disso, o Governo tomou medidas visando o reforço da gestão da maior empresa pública do país, a Electricidade e Águas da Guiné-Bissau (EAGB), mediante a renovação das operações de gestão e a melhoria dos controlos de gestão financeira. Além disso, ao mesmo tempo que racionaliza as despesas gerais, o Governo compromete-se a salvaguardar as despesas prioritárias nos setores da saúde, educação e social e em não utilizar despesa documentada de forma irregular ou indevida (DNT) para casos de emergência.

B. Outras reformas estruturais e de governação em curso

12. O Governo está empenhado em consolidar a gestão das finanças públicas a fim de melhorar, com caráter de urgência, o controlo da despesa (IRE indicados na Tabela 2).

- Para reforçar a gestão de tesouraria e melhorar o controlo da despesa, o Governo adotou medidas progressivas com vista à criação da CUT. A AT do FMI irá apoiar a melhoria da função de gestão de tesouraria e caixa. Criámos uma unidade na DGTCP para implementar a função de gestão de caixa que irá usar a ferramenta de gestão de caixa do FMI.
- O Governo irá alterar o regime de contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações dos beneficiários efetivos das entidades às quais foram adjudicados contratos públicos acima de um determinado valor, a ser definido com base nas recomendações da AT do FMI (IRE para o final de dezembro de 2021). A AT do FMI está a apoiar a alteração ao regime. Solicitamos que o indicador de referência estrutural seja redefinido para o final de março de 2022.
- Foi emitido um despacho executivo para pôr termo à contratação de funcionários sem contrato (IRE para o final de setembro de 2021). Prevemos emitir outro despacho executivo para o controlador financeiro controlar todos os salários da função pública, incluindo o pagamento dos incentivos e salários da Assembleia Nacional, e reconciliar os registos do pessoal e da folha de pagamentos (IRE para o final de dezembro de 2021) o que será apoiado pela implementação do projeto de *blockchain*. Mediante resolução do Conselho de Ministros de 27 de julho, o Governo decidiu que estas medidas têm de ser implementadas por todas as entidades públicas cujos salários estão incluídos no orçamento.

13. O Governo está também a preparar duas outras medidas de controlo da despesa. Por despacho ministerial, iremos aplicar o procedimento normal de execução de despesas exigindo a certificação da entrega dos bens e da prestação dos serviços antes da realização do pagamento aos fornecedores. As unidades responsáveis por despesas irão adotar e implementar os procedimentos de execução de despesa, conforme indicado no “Manual de procedimentos sobre a despesa pública” que foi elaborado com apoio de AT do FMI. O Governo irá levar a cabo esta iniciativa-piloto, pelo menos, em cinco ministérios setoriais no início de 2022. Foi solicitada AT do FMI para apoiar a implementação. O Governo também irá publicar um relatório de seguimento sobre as recomendações dos anteriores relatórios de auditoria do Tribunal de Contas à EAGB a fim de reforçar a gestão e a transparência desta empresa pública. O relatório será publicado até ao final de

dezembro. Além disso, a AT do FMI irá apoiar o reforço da supervisão orçamental das empresas públicas.

14. Para contribuir para a mobilização de receitas, o Governo irá assegurar o intercâmbio de informações entre a DGCI, DGA, Tesouro e Instituto Nacional da Segurança Social. Tal irá fomentar a transparência e prestação de contas em matéria de operações entre entidades públicas, bem como irá reforçar a mobilização de receitas fiscais. Já se registaram progressos parciais neste domínio: i) o Tesouro irá começar a fornecer a informação solicitada mediante o preenchimento das declarações de retenção na fonte e ii) serão celebrados memorandos de entendimento entre a DGCI, a DGA e o INSS, com o apoio do Ministro das Finanças e do Ministro da Administração Pública, até ao final de dezembro. O FMI irá prestar AT nestas áreas em fevereiro/março de 2022, logo que os MdE tenham sido assinados.

15. O Governo está empenhado em implementar sólidas salvaguardas de governação relativas à despesa da Covid-19. Fazemos a gestão dos fundos relacionados com a Covid-19 usando uma conta específica no BCEAO. A alocação de fundos será sujeita a uma auditoria independente *ex post* a realizar por um auditor externo conceituado, que irá trabalhar em conjunto com o Tribunal de Contas. Em outubro, o Tribunal de Contas iniciou uma auditoria às despesas relacionadas com a Covid-19, a pedido do Alto Comissariado para a Covid-19, cobrindo o período de junho de 2020 a agosto de 2021. Em consulta com o FMI, foram elaborados os termos de referência para a contratação de um conceituado auditor externo visando a realização de uma auditoria complementar a todas as despesas relacionadas com a Covid-19 efetuadas em 2021, sendo que o relatório da auditoria deverá ser publicado até ao final de setembro de 2022. O concurso público realizou-se no início de dezembro. Toda a despesa relacionada com a crise faz parte integrante do Orçamento de Estado, sendo que os relatórios sobre essa despesa são publicados no relatório de execução orçamental apresentado à Assembleia Nacional. Além disso, o Governo publicou, através do Alto Comissariado para a Covid-19, as principais informações sobre todos os contratos relacionados com a crise em 2020. De igual modo, o Governo irá publicar o texto integral dos contratos e a validação *ex post* da execução dos mesmos, ao mesmo tempo que irá começar a divulgar as informações sobre os beneficiários efetivos das entidades às quais foram adjudicados contratos relacionados com a Covid-19 e contratos públicos, logo que o regime de contratação pública tenha sido alterado de modo a permitir a recolha e publicação de informações sobre os beneficiários efetivos.

16. Além disso, o Governo está empenhado em reforçar o quadro jurídico para mitigar o risco de corrupção por via do aumento da transparência e da prestação de contas. Iremos propor uma reforma para melhorar o regime de declaração de ativos com apoio de AT do FMI. A reforma terá como objetivo: i) abranger todas as pessoas politicamente expostas (PPE), conforme definido nas normas do Grupo de Ação Financeira Internacional, e os respetivos familiares e pessoas estreitamente associadas; ii) abranger os ativos dos quais sejam beneficiários efetivos, no país e no estrangeiro, iii) assegurar que as declarações estão disponíveis online ao público e iv) permitir a imposição de sanções dissuasivas, que são aplicadas sistematicamente, em caso de não

apresentação da declaração ou apresentação de uma declaração falsa. Esperamos finalizar a proposta de reforma até ao final de fevereiro de 2022.

Medidas para mitigar as vulnerabilidades da dívida

17. O Governo está empenhado em pagar parte dos atrasados internos e em evitar a acumulação de novos atrasados internos. O Governo reconheceu e pagou 10,2 mil milhões de FCFA de atrasados internos acumulados em 2020 e tenciona iniciar a regularização, nos próximos anos, do restante stock de atrasados internos acumulados entre 1974 e 1999, num montante de 14,3 mil milhões de FCFA. Além disso, até ao final de 2022, com apoio técnico externo, o Governo tenciona: apurar o real valor dos atrasados pendentes através de novos trabalhos de auditoria e verificação;⁴ verificar o cumprimento fiscal de todos os credores, bem como determinar os atrasados líquidos do Governo após a correção das eventuais obrigações fiscais. Desta forma, o Governo poderá decidir a estratégia a seguir para regularizar todos os atrasados internos no médio prazo.

18. O Governo continua empenhado em resolver todos os atrasados externos históricos e em evitar a acumulação de novos atrasados externos. Foram alcançados acordos com a Líbia, Taiwan (Província da China) e Angola. Em novembro, foram enviadas missivas para a Rússia, o Brasil e o Paquistão numa tentativa de resolver os restantes atrasados externos.⁵ Além disso, o Governo aderiu à Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI, na sigla em inglês) e tenciona explorar opções para a reformulação do perfil/reestruturação da dívida junto dos parceiros de desenvolvimento no contexto dos riscos descendentes decorrentes da pandemia da Covid-19. No contexto desta avaliação, os atrasados para com a Líbia e o Banco Islâmico de Desenvolvimento (BIsD) incorridos por motivos técnicos e um montante residual devido ao Banco Africano de Desenvolvimento foram totalmente regularizados em outubro e novembro (Tabela 1). Recentemente implementadas, as reuniões de coordenação semanais entre as Direções do Tesouro e da Dívida deverão impedir a acumulação de tais atrasados por motivos técnicos.

19. O Governo irá reforçar a gestão da dívida. Irá procurar assistência técnica a longo prazo junto dos parceiros internacionais para melhorar as suas capacidades em termos de registo, monitorização e gestão geral da dívida. Além disso, iniciará a publicação de relatórios anuais sobre a dívida (tanto externa como interna), cobrindo serviço, desembolsos e acordos, bem como continuará a comunicar as informações às bases de dados de estatísticas da dívida. Para reforçar a gestão da dívida e a priorização dos projetos, o Governo tem levado a cabo reuniões semanais de coordenação entre as Direções Gerais do Tesouro e da Dívida e irá realizar reuniões semestrais do Comité Nacional da Dívida Pública, após a aprovação dos decretos por parte do Conselho de Ministros.

⁴ Neste processo, o Governo também pretende avaliar o nível de quotas em atraso junto de instituições internacionais e definir uma estratégia relativamente ao cancelamento, reescalamento e/ou liquidação das obrigações.

⁵ Relativamente ao Brasil e à Rússia, as dívidas já foram negociadas, mas os acordos ainda carecem de assinatura. Este assunto está a ser tratado ao nível do Secretariado do Clube de Paris. As negociações com o Paquistão estão demoradas.

20. O Governo irá, de forma cuidadosa, planejar novos investimentos e contrair nova dívida apenas em condições altamente concessionais. Para assegurar que o risco de sobreendividamento continue sob controlo, o Governo irá classificar cuidadosamente os investimentos com base numa análise da relação custo/benefício, tendo em conta as considerações sociais e o impacto na estabilidade macroeconómica. De igual modo, o Governo irá trabalhar em consulta com o FMI a respeito da avaliação das condições financeiras dos novos empréstimos propostos. Para evitar pagamentos de juros elevados num contexto de poucos recursos públicos e pouca capacidade em termos de gestão da dívida, o Governo também está empenhado em não recorrer a empréstimos não concessionais. O Governo irá dar início a reuniões trimestrais com todas as Unidades de Implementação de Projetos (UIP) para fazer o ponto da situação da taxa de execução de projetos e debater os desafios futuros. Com o objetivo de reforçar a coordenação, o Governo irá elaborar relatórios trimestrais sobre a execução do Plano de Investimentos Públicos (PIP). No médio prazo, o Governo irá conceber um PIP a três anos, perfeitamente alinhado com o quadro de despesa a médio prazo.

21. O Governo utilizou a nova alocação de DSE para reforçar a sustentabilidade da dívida mediante o reembolso da dívida não concessional. Além de apoiar a despesa relacionada com a Covid-19, incluindo a vacinação e a melhoria dos serviços de saúde, a recente alocação de 27,2 milhões de DSE à Guiné-Bissau (cerca de 38,4 milhões de USD) foi utilizada para reembolsar antecipadamente dívida não concessional a vencer no final de 2021 e 2022.

Medidas para reforçar o setor financeiro

22. O Governo irá continuar a envidar esforços a fim de preservar a estabilidade do setor financeiro. Irá abster-se de canalizar mais recursos públicos para um grande banco no qual detém uma participação. O Governo está a monitorizar a evolução do plano de reestruturação do banco e irá preparar um relatório, incluindo uma estratégia viável de saída até 2024, conforme acordado com a Comissão Bancária regional (IRE para o final de dezembro de 2021). No contexto do trabalho com o FMI, este último está interessado em ter uma avaliação do crédito malparado do banco. Assim, o Governo irá solicitar ao BCEAO que partilhe com o FMI os resultados da auditoria ao crédito malparado.

Tabela 1. Metas Quantitativas (MQ) ao abrigo do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI

(Acumulado desde o início do ano civil até ao fim do mês indicado; em mil milhões de FCFA, salvo indicação em contrário)

	2021									
	Jun				Set				Dez	
	Pedido SMP	Meta ajustada	Efetivo	Situação	Pedido SMP	Meta ajustada	Efetivo ⁹	Situação	Pedido SMP	1. ^a aval.
Metas quantitativas¹										
Total da receita fiscal interna (piso)	38.2		41.8	Cumprido	62.8		70.7	Cumprido	87.9	93.5
Teto da dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo governo central (milhões de USD) ²	0.0		0.0	Cumprido	0.0		0.0	Cumprido	0.0	
Novos atrasados de pagamentos externos (milhões de USD, teto) ²	0.0		0.5	Não cumprido ⁸	0.0		0.5	Não cumprido ⁸	0.0	
Novos atrasados internos (teto)	0.0		0.0	Cumprido	0.0		0.0	Cumprido	0.0	
Despesas sociais e prioritárias (piso) ³	27.2		27.6	Cumprido	38.7		42.3	Cumprido	50.1	
Saldo primário interno (base de compromissos, piso) ⁴	-16.4	-17.7	-17.8	Não cumprido	-23.4	-25.4	-14.8	Cumprido	-15.4	-18.9
Despesas não tituladas (DNT, teto)	0.0		0.0	Cumprido	0.0		0.0	Cumprido	0.0	
<i>Por memória:</i>										
Apoio orçamental externo (milhões de USD) ⁵	1.8		0.0	...	1.8		0.0	...	6.9	6.8
Crédito bancário interno líquido ao governo central	23.4		11.0	...	53.6		11.2	...	42.2	15.8
Empréstimos concessionais para projetos (milhões de USD) ⁶	9.9		14.0	...	14.9		26.7	...	19.9	19.6
Saldo remanescente de garantias públicas ⁷	10.1		12.5	...	23.1		11.9	...	23.1	10.3

¹ As metas quantitativas são definidas no Memorando Técnico de Entendimento (MTE).² Aplicáveis numa base contínua.³ Definido como despesa pelos Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Mulher, Família e Coesão Social e pelo Alto Comissariado para a Covid-19.⁴ Exclui donativos, juros e despesas de investimento com financiamento externo e do BOAD. Para ter em conta as despesas correntes com financiamento interno ligadas à vacinação contra a Covid-19 (parágrafo 11 do MTE), as metas do SMP para o final de junho e final de setembro (défices de 16,4 mil milhões de FCFA e 23,4 mil milhões de FCFA) foram ajustadas para menos em 1,3 mil milhões de FCFA e 2,0 mil milhões de FCFA, respetivamente. Os números efetivos para o final de junho e o final de setembro, bem como as projeções para o final de dezembro, foram atualizados para excluir o pagamento de salários em atraso incorridos em 2020 anteriormente contabilizados como despesas salariais em 2021. Para o final de dezembro, a meta proposta no pedido e primeira avaliação do SMP não leva em conta o fator de ajustamento.⁵ Inclui donativos para apoio orçamental e empréstimos para programas (para apoio orçamental), excluindo desembolsos da RCF e o alívio da dívida do CCRT.⁶ Incluem empréstimos para projetos com uma componente de donativos superior ou igual a 35%.⁷ Todas as garantias estão denominadas em FCFA.⁸ Os atrasados de 0,34 milhões de USD à Líbia e 0,11 milhões de USD ao Banco Islâmico de Desenvolvimento (BisD) foram acumulados por motivos técnicos. A transferência para a Líbia foi inicialmente rejeitada devido a problemas com os bancos correspondentes. O pagamento ao BisD sofreu atrasos devido a problemas na coordenação. Um montante residual (menos de 20.000 USD) era devido ao Banco Africano de Desenvolvimento. Todos os pagamentos pendentes foram realizados até ao final de novembro.⁹ Com base em dados preliminares e estimativas.

Tabela 2. Indicadores de Referência Estruturais

Medidas	Fundamentação	Data	Situação atual
Gestão das finanças públicas			
Para: i) prosseguir as reuniões semanais do Comité do Tesouro sem interrupções;	Controlo da despesa	Contínuo	Cumprido
ii) emitir um despacho ministerial que define critérios claros para a priorização dos pagamentos em dinheiro por categoria de despesas para evitar atrasados (restos a pagar), após a respetiva data de vencimento.	Controlo da despesa	Fim de julho de 2021	Cumprido
Nomear uma equipa encarregue do projeto de implementação da CUT na Direção-Geral do Tesouro e Contabilidade Pública (DGTCP) por meio de uma carta de missão da DGTCP. Instituir a obrigatoriedade de autorização prévia do Ministro das Finanças para a abertura de qualquer conta bancária do Estado por meio de uma decisão do Ministério das Finanças. Identificar todas as contas bancárias do Estado solicitando separadamente informações aos bancos, ministérios setoriais e outras entidades públicas.	Controlo da despesa	Fim de setembro de 2021	Cumprido
Alterar o regime jurídico de contratação pública para permitir a recolha e a publicação de informações sobre os beneficiários efetivos de contratos acima de um determinado limiar a ser definido.	Controlo da despesa/combate à corrupção	Fim de dezembro de 2021	Não cumprido. Reprogramado para o fim de março de 2022
Emitir um despacho executivo para terminar a contratação irregular de funcionários, o controlador financeiro exercer o controlo de todos os salários da função pública, incluindo os incentivos e os salários da Assembleia Nacional, e reconciliar os registos do pessoal e a folha de pagamentos.	Controlo da massa salarial	Fim de dezembro de 2021	Cumprido
Mobilização de receitas			
Aprovar em Conselho de Ministros e enviar à Assembleia Nacional:			
i) o Código Geral Tributário revisto e o Regime de Sanções Fiscais revisto e	Reforço do arcabouço tributário	Fim de julho de 2021	Cumprido
ii) a nova Lei do IVA.	Reforço do arcabouço tributário	Fim de dezembro de 2021	Cumprido
Implementar o sistema Kontaktu para o preenchimento de declarações eletrónicas e a realização de pagamentos através de <i>e-banking</i> e moeda eletrónica:			
i) fase piloto para um reduzido número de grandes contribuintes seguida de	Aumento das receitas	Fim de julho de 2021	Cumprido
ii) implementação completa.	Aumento das receitas	Fim de setembro de 2021	Não cumprido. Reprogramado para o fim de março de 2022
Aprovar pelo Conselho de Ministros e enviar à Assembleia Nacional a revisão do Código Aduaneiro.	Reforço do regime aduaneiro	Fim de setembro de 2021	Cumprido
Setor financeiro			
Preparar um relatório com a estratégia de saída de um banco sistémico subcapitalizado, incluindo uma avaliação financeira integral.	Estabilidade financeira	Fim de dezembro de 2021	Cumprido

Fontes: Autoridades da Guiné-Bissau e cálculos do corpo técnico do FMI.

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

Introdução

- 1. O presente memorando descreve os entendimentos entre as autoridades da Guiné-Bissau e o Fundo Monetário Internacional (FMI)** com respeito à definição das metas quantitativas (MQ) e indicadores de referência estrutural (IRE) para o acordo ao abrigo do Programa Monitorizado pelo Corpo Técnico do FMI (SMP), bem como os respetivos requisitos de reporte. Salvo indicação em contrário, todas as metas quantitativas serão avaliadas em termos de fluxos cumulativos a partir do início do período, conforme especificado na Tabela 1 do Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF).
- 2. Taxas de câmbio do programa.**¹ Para efeitos do programa, os valores expressos em moeda estrangeira referentes a 2021 serão convertidos em moeda nacional (FCFA) com base na taxa de câmbio do programa de FCFA 538,36/USD e nas taxas cruzadas no fim de dezembro de 2020.

Metas Quantitativas

A. Limite mínimo (piso) do total da receita fiscal interna

- 3. Definição.** A receita fiscal inclui os impostos diretos e indiretos conforme apresentados na tabela de operações financeiras do Governo Central.

B. Nova dívida externa não concessional contraída ou garantida pelo Governo Central

- 4. Definição.** Todas as formas de nova dívida denominada em outra divisa que não o FCFA contraída ou garantida pelo Governo Central. Para efeitos do programa, considera-se que uma dívida é contraída depois de cumpridas todas as condições para a sua entrada em vigor, incluindo a aprovação do Ministro das Finanças.² Para este efeito, a nova dívida externa não concessional excluirá os créditos comerciais normais para as importações e a dívida expressa em FCFA, mas incluirá as dívidas em moeda estrangeira (outras que não o FCFA) detidas no país. Esta MQ não se aplica apenas à dívida conforme definida no Ponto 8 das Diretrizes sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos com o FMI, anexas à Decisão n.º 15688-(14/107), de 05/12/2014, mas também aos compromissos contraídos ou garantidos sem contraprestação. Excluem-se desta MQ os desembolsos do FMI e as dívidas sujeitas a reescalonamento ou para as quais já se tenha chegado a um acordo verbal. Esta MQ será aplicada continuamente.

¹ A fonte das taxas de câmbio cruzadas é a publicação *International Financial Statistics*.

² A contração de linhas de créditos (que podem ser utilizadas e entrar em vigor a qualquer altura) sem calendários predefinidos de desembolso ou com vários desembolsos também será considerada contração de dívida.

5. Requisitos de reporte. O Governo reportará ao corpo técnico do FMI qualquer novo empréstimo externo contraído ou garantido pelo Governo, bem como os seus respetivos termos, o mais tardar duas semanas após a contratação ou garantia do referido empréstimo.

6. Definição de Governo Central Para efeitos do presente memorando, o Governo Central inclui a administração central da República da Guiné-Bissau, mas não inclui nenhuma administração local, o banco central nem nenhuma outra entidade pública ou de propriedade do Estado com personalidade jurídica autónoma que não esteja incluída na Tabela de Operações Financeiras do Estado (TOFE).

C. Novos atrasados de pagamentos externos do Governo Central

7. Definição. Para efeitos desta meta quantitativa, os atrasados de pagamentos externos, com base no teste de moeda, são pagamentos do serviço da dívida que deixaram de ser pagos nas datas de vencimento (tendo em conta os prazos de carência contratuais, se aplicáveis) e que não tenham sido pagos no prazo de 30 dias após essas datas. Os atrasados que não devem ser considerados como tal para efeitos da meta quantitativa, ou atrasados “fora do programa”, são: i) atrasados acumulados no serviço da dívida externa HIPC antiga para a qual exista um pedido de reescalamento ou reestruturação; e/ou ii) os montantes objeto de litígios. Para efeitos desta MQ, o Governo Central está definido no parágrafo 6 acima. Esta MQ será aplicada continuamente a partir da data de aprovação do SMP.

D. Novos atrasados internos do Governo Central

8. Definição. Por atrasados internos entende-se as contas a pagar (resto a pagar) denominadas em FCFA acumuladas durante o ano e ainda não saldadas até um mês após o trimestre, no caso de salários e ordenados (incluindo pensões) e até três meses, no caso de bens, serviços e transferências. Os atrasados internos também incluem pagamentos do serviço da dívida denominados em FCFA que deixaram de ser pagos nas datas de vencimento (tendo em conta os prazos de carência contratuais, caso existam) e que não tenham sido pagos no prazo de 30 dias após essas datas. Para efeitos desta MQ, o Governo Central está definido no parágrafo 6 acima.

E. Despesa social e prioritária

9. Definição. As despesas sociais e prioritárias incluem despesas pelo Ministério da Saúde, Ministério da Educação e Ministério da Mulher, Família e Coesão Social, bem como pelo Alto Comissariado para a Covid-19.

F. Saldo primário interno (base de compromissos)

10. O défice orçamental primário interno em base de compromissos é calculado como a diferença entre a receita pública e a despesa primária interna em base de compromissos. A receita do Governo inclui todas as receitas fiscais e não fiscais e exclui os donativos externos. A despesa

primária interna é a soma da despesa corrente e das despesas de investimento com financiamento interno, excluindo todos os pagamentos de juros e todas as despesas de investimento financiadas por empréstimos ou donativos para projetos. Os compromissos do Governo incluem todas as despesas cuja cabimentação tenha sido aprovada pelo Ministério das Finanças, as despesas automáticas (tais como salários e ordenados, pensões, serviços de utilidade pública e outras despesas cujo pagamento seja centralizado) e despesas efetuadas por via de operações de compensação.

11. Cláusula de ajustamento. *O piso do saldo primário interno será ajustado para baixo até ao valor em FCFA das despesas correntes financiadas com recursos internos programadas e relacionadas com a implementação da campanha de vacinação da Covid-19 (previstas em 2,2 mil milhões de FCFA em relação à meta do saldo primário interno para o final de dezembro de 2021 de -18,9 mil milhões de FCFA, que foi definida na primeira avaliação).*

G. Despesas não tituladas (DNT)

12. Definição. Qualquer gasto do Tesouro que não tenha sido devidamente contabilizado pela Direção Nacional do Orçamento e/ou não tenha sido incluído no orçamento.

13. Requisitos de reporte. O Governo irá reportar as despesas não tituladas continuamente no prazo de uma semana após a realização das mesmas.

Por memória

H. Crédito bancário interno líquido ao Governo Central (CLG)

14. Definição. O CLG refere-se ao crédito líquido do sistema bancário ao Governo Central calculado pela Direção-Geral do Tesouro. É a soma dos seguintes itens:

- a. a posição líquida do Governo com o BCEAO nacional, abrangendo: bilhetes e obrigações do Tesouro (excluindo a cessão de créditos do FMI) menos depósitos do Governo Central (excluindo depósitos relacionados com projetos) no BCEAO;
- b. a posição líquida do Governo nos bancos comerciais, incluindo: a) bilhetes do Tesouro, b) obrigações do Tesouro ao portador e c) empréstimos e adiantamentos dos bancos comerciais ao Governo Central, menos depósitos do Governo Central (excluindo os depósitos relacionados com projetos) nos bancos comerciais; e
- c. qualquer outro crédito comercial denominado em FCFA, incluindo o desembolso líquido de empréstimos de projetos pelo banco regional de desenvolvimento, BOAD (excluindo empréstimos concessionais com um elemento de donativo de pelo menos 35%).

Quaisquer garantias de empréstimos internos emitidas pelo Governo serão incluídas na posição líquida do Governo tal como definida acima. Para efeitos desta MQ, o Governo Central está definido no parágrafo 6 acima.

15. Fontes de dados. As fontes dos dados para o referido acima serão a síntese monetária e a tabela da posição líquida do Governo Central (*Position Nette du Trésor, PNT*), conforme alterada de modo a incluir os empréstimos líquidos do BOAD para projetos, enviadas mensalmente ao corpo técnico do FMI pelo Ministério das Finanças.

Monitorização do Programa

16. O desempenho do programa ao abrigo do SMP será monitorizado através de avaliações trimestrais das metas quantitativas e dos indicadores de referência estrutural.

A primeira data de teste será 30 de junho de 2021 e a avaliação deverá estar concluída até ao final de setembro de 2021. A segunda data de teste será 30 de setembro de 2021 e a avaliação deverá estar concluída até ao final de 2021. A terceira data de teste será 31 de dezembro de 2021 e a avaliação deverá estar concluída até ao final de março de 2022.

Tabela 1. Guiné-Bissau: Resumo dos Requisitos de Reporte

Informação	Frequência	Prazo de Reporte	Responsável
<i>Setor das Finanças Públicas</i>			
Orçamento e resultado do Governo Central	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGP ¹ /MEF ²
Donativos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGP/MEF
Donativos ao orçamento	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGP/MEF
Donativos a projetos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGP/MEF
Variação no stock de atrasados internos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGP/MEF
Créditos não pagos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGP/MEF
Juros atrasados	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGP/MEF
Produto dos títulos emitidos no mercado regional da UEMOA	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGP/MEF
Gastos sociais e prioritários	Trimestral	30 dias após o fim do trimestre	DGP/MEF
Despesas não tituladas	Quando ocorrer		DGP/MEF
<i>Setor Real e Externo</i>			
Atualizações das Contas Nacionais anuais por setor	Anual	30 dias após aprovação	INE ³ /MEF
Dados da balança de pagamentos	Anual	30 dias após aprovação	BCEAO ⁴ /MEF
Dados da balança de pagamentos	Trimestral	45 dias após o fim do trimestre	BCEAO/MEF
Detalhes da desagregação das exportações	Trimestral	45 dias após o fim do trimestre	BCEAO/MEF
Detalhes da desagregação das importações	Trimestral	45 dias após o fim do trimestre	INE/MEF
IPC	Mensal	45 dias após o fim do mês	INE/MEF
<i>Dívida</i>			
Dívida externa e interna e dívida garantida por credor	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP ⁵
Desembolsos	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Amortização	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Pagamento de juros	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Stock de dívida externa	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Stock de dívida interna	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Atrasados de juros e capital	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Financiamento interno excecional	Mensal	30 dias após o fim do mês	DGDP
Cópias de novos acordos de empréstimo	Quando ocorrer		DGDP
<i>Setor Financeiro e Monetário</i>			
Balanço detalhado do Banco Central (BCEAO nacional)	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Balanço detalhado banco a banco	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Balanço detalhado consolidado dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Síntese Monetária	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Posição líquida detalhada do Governo Central (PNG/PNT)	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Indicadores de solidez financeira	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Taxas de juro	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Taxas de depósito para todos os tipos de depósito nos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
Taxas de empréstimo de médio e longo prazo dos bancos comerciais	Mensal	45 dias após o fim do mês	BCEAO/MEF
¹ Direção Geral de Previsão e Estudos Económicos.			
² Ministério da Economia e Finanças.			
³ Instituto Nacional de Estatística			
⁴ Banco Central dos Estados da África Ocidental.			
⁵ Direção Geral de Dívida Pública.			